

COLEÇÃO
ESTADO de Sítio

PAULO ARANTES

O NOVO TEMPO
DO MUNDO

E OUTROS ESTUDOS SOBRE
A ERA DA EMERGÊNCIA



Copyright © Boitempo Editorial, 2014
Copyright © Paulo Eduardo Arantes, 2014

Coordenação editorial Ivana Jinkings
Editora-adjunta Bibiana Leme
Assistência editorial Thaisa Burani
Preparação Sara Grünhagen (com exceção do capítulo
“Depois de junho a paz será total”, por Mariana
Tavares)
Revisão Mariana Tavares
Capa David Amiel (sobre foto de Mídia NINJA,
protestos contra a Copa das Confederações em
Belo Horizonte, junho de 2013)
Diagramação Antonio Kehl
Produção Livia Campos

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

A683n

Arantes, Paulo Eduardo, 1942-

O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência
/ Paulo Eduardo Arantes. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2014.
(Estado de Sítio)

ISBN 978-85-7559-367-7

1. Filosofia. 2. Filosofia - Estudo e ensino. I. Título. II. Série.

14-10484

CDD: 100

CDU: 1

É vedada a reprodução de qualquer parte
deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: abril de 2014;

1ª reimpressão: outubro de 2014; 2ª reimpressão: maio de 2019

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.boitempoeditorial.wordpress.com | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

ZONAS DE ESPERA

Uma digressão sobre o tempo morto da onda punitiva contemporânea

1

A certa altura de seu impressionante painel da onda punitiva que varre o capitalismo contemporâneo – seria uma impropriedade sociológica deixar-se levar pela inércia da frase feita e acrescentar “de alto a baixo”, além de erro político crasso: a sociedade punitiva não alcança o topo da pirâmide, nem mesmo seus estratos médios, sua varrição ocorre nas *zonas liminares* do subproletariado mundial –, Loïc Wacquant, pouco antes de nos guiar numa visita à joia da coroa prisional americana, a Twin Towers Correctional Facility, de Los Angeles, passa a palavra ao xerife Apaio, que, para variar, se gaba de tornar a vida de seus hóspedes cada vez mais dura, em conformidade, está claro, com o princípio utilitarista segundo o qual “a condição do detento mais bem tratado deve ser inferior à do assalariado em piores condições do lado de fora”. Segue-se um elenco de mesquinhas e retaliações em escala crescente, até onde a imaginação pode chegar, aliás sem muito esforço, tendo-se em mente que a atual era do confinamento converteu a prisão em aspirador social e máquina de moer. Até aí nada de mais, por assim dizer, pois é voz corrente na população americana encarcerada que viver nas prisões de Los Angeles é como viver no inferno, descontado por certo o que se passa ao sul do Rio Grande, onde realmente se encontra o último círculo. O que faz mesmo pensar é a sem-cerimônia com que arremata sua arenga, de resto um discurso padrão e sempre esperado em campanhas eleitorais, acerca das providências de endurecimento do regime de detenção: “Quero que eles sofram”¹. Simples

¹ Loïc Wacquant, *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (3. ed., Rio de Janeiro, Revan, 2007, Coleção Pensamento Criminológico, v. 6), p. 311.

assim, sem maiores *états d'âme*, a repressão judiciária se intensificou a ponto de banalizar o próprio ato de infligir uma dose suplementar de aflições, sempre calibradas para cima, numa criatura já estigmatizada e em estado de privação máxima. Moderação e proporcionalidade? Foi-se o tempo desse conto de Natal dos primeiros reformadores históricos, fraseologia definitivamente arquivada assim que se declarou, na abertura do atual período de acumulação na base do trabalho dessocializado, um estado de emergência no *front* penal e social, ao qual não corresponde, como explica extensamente Wacquant, nenhuma ruptura na evolução do crime e da delinquência, inaugurando, pelo contrário, um novo paradigma de governo da insegurança social, alimentada pela turbulenta ansiedade gerada pela normalidade do trabalho desclassificado, de resto imposto como uma danação precursora do que virá pela frente em caso de recalcitrância e contumácia.

Como essa onda punitiva é longa e de fundo, arrastando consigo outras tantas viradas históricas na mesma direção do paradigma punitivo de contenção e governo, seria o caso de ir adiantando que, não só em matéria de moderação e proporcionalidade – como também se dizia desde os tempos em que o conflito armado entre Estados foi por assim dizer juridicamente domesticado, até a implosão da guerra total –, a forma predominante de *intervenção* em nome da ordem que a guerra contemporânea assumiu é igualmente tributária dessa mesmíssima virada punitiva onde a desmedida reina, da estratégia de Choque e Pavor (o fiasco na Guerra do Iraque apenas desmoralizou a letra, conservando o espírito, aliás afinado com o *shock incarceration*, analisado por Wacquant) ao desenho do arsenal cirúrgico concebido para gravar a memória perene da dor na mente de seus alvos preferenciais, novamente disseminados pelas populações liminares do mundo-fronteira contemporâneo, entendendo-se por fronteira toda sorte de barreira por cuja terra de ninguém (social, econômica, simbólica etc.) campeia o peso morto do poder punitivo despertado de sua sonolência “social” pelos novos Estados do *Workfare*.

Pois então é assim: queremos que *eles* sofram tanto nas cadeias do condado de Los Angeles como na Faixa de Gaza, mas também tanto na triagem dos postos de assistência em que se encaminham os condenados ao subemprego quanto nas zonas francas da vida – e a enumeração dos focos epidêmicos do sofrimento social não teria mais fim, bem como a constatação, passo a passo, de que todos os seus agentes, e pacientes, “trabalham”, o xerife e seu pessoal carcerário, os operadores assistenciais do *workfare* e os militares

profissionais, que não obstante continuam acionando a quinquilharia dos flagelos *high tech* etc.²

2

Uma explicação necessária: no que concerne à atrofia do Estado Social, embalada pelo mantra da responsabilidade pessoal e do trabalho, que culminou na transformação do *Welfare* americano – este último, a rigor, mais uma alegação do que propriamente um fato – numa engrenagem baseada na obrigação humilhante do trabalho sub-remunerado, no que de fato consiste o *workfare* propriamente dito, “conversão de ajuda social em trampolim para o emprego precário”, Wacquant se apoia com frequência na reconstituição devida sobretudo a Jamie Peck³, da gênese e economia política desse termo guarda-chuva para todo tipo de iniciativa de recondução da assistência social ao submundo do trabalho degradado. Na fórmula de Jamie Peck, aos McJobs veio se juntar o complemento dos McWelfare. Por isso a tradução sem mais de *workfare* por “trabalho social” confunde, pois tanto na França como no Brasil a expressão costuma remeter à atividade dos agentes incumbidos de tocar o serviço do setor social. No caso, a mão esquerda do Estado, na conhecida distinção de Bourdieu entre os dois polos do campo burocrático, desigualmente repartido entre a mão leve feminina das funções de amparo e proteção, por definição uma mão aberta encarregada dos gastos e desperdícios, e a mão direita masculina, a mão dura da nova disciplina econômica. Agentes estes que mesmo encarados como os trabalhadores que de fato são, e trabalhadores sob risco de enrijecimento moral pelo trato continuado com o desamparo, não se confundem com as pessoas consumidas pela aflição do outro lado do balcão. No Brasil do último período, essa distinção trivializou-se no senso comum da distribuição aleatória de “bondades” e “maldades” conforme os altos e baixos da conjuntura.

Pois o livro de Wacquant⁴ tratará de redesenhar o modelo de Bourdieu, ao incluir “a polícia, os tribunais e a prisão entre os elementos centrais da

² Sobre a virada punitiva da guerra contemporânea, ver Paulo Eduardo Arantes, “Notícias de uma guerra cosmopolita”, em *Extinção* (São Paulo, Boitempo, 2007, Coleção Estado de Sítio).

³ *Workfare States* (Nova York, Guilford Press, 2001).

⁴ Como lembrado pelo autor no capítulo teórico que fecha a edição americana de *Punir os pobres*, “A Sketch of the Neoliberal State”, em *Punishing the Poor: The*

‘mão direita’ do Estado, juntamente com os ministérios da área econômica e orçamentária”. Dessa troca de mãos, ou melhor, superposição, pois a rigor se trata da “colonização do setor social pela lógica punitiva e panóptica, característica da burocracia penal pós-reabilitação”, resulta uma crescente “remasculinização do Estado” e “reafirmação marcial de sua capacidade de controlar os pobres problemáticos, tanto os beneficiários do *workfare* quanto os que resvalaram para o mundo do crime”. De sorte que, desse embaralhamento de gênero das duas mãos do Estado – aliás, Wacquant sugere que a escalada patriarcalista do Estado, remasculinizado depois de sua presumida feminização keynesiana, pode ser entendida como uma reação às profundas modificações provocadas no campo político pelo movimento das mulheres –, seus agentes, todos os setores confundidos, moles ou duros, podem então desempenhar, com a desenvoltura que se sabe, o novo papel de “protetores viris da sociedade contra seus membros rebeldes”.

Nesse sentido, todo o engenhoso trabalho, no qual se esmeram o xerife Apaio e seus colegas, de produzir um excedente de sofrimento em seus detentos é rigorosamente um *travail du mâle*, para empregar com a mão trocada o jogo exato de palavras a que recorre Christophe Dejours para explicar a emergência de condutas iníquas e práticas organizacionais destinadas a infligir, sem fraquejar, injustiça sobre terceiros no novo mundo do trabalho flexível, perguntando se afinal esse “trabalho do mal” não seria igualmente o “trabalho do macho”. Sendo este o caso, não seria então a virilidade exibida no trabalho de governo da insegurança social a mola secreta de toda a onda punitiva que se alastra pelo sistema, virada punitiva que por sua vez não arregimentaria seus operadores no teatro cívico da coragem viril se não se apresentasse com a energia mobilizadora de um “trabalho”⁵? O que permitiria de quebra encarar todo o aparato do *workfare* por um outro prisma, o de uma outra onda, a da *intensificação do trabalho*.

Há, todavia, uma ocorrência do “trabalho social” em que este é mobilizado em sua acepção propriamente europeia, ou pelo menos numa de suas

Neoliberal Government of Social Insecurity (Durham/Londres, Duke University Press, 2009), p. 287-314.

⁵ Christophe Dejours, *Souffrance en France: la banalisation de l'injustice sociale* (Paris, Seuil, 1998), p. 123. Tentei noutro lugar explorar o alcance histórico do quadro conceitual da psicodinâmica das situações de trabalho, notadamente na zona cinzenta dos campos da morte no Terceiro Reich, como de resto sugerido pelo próprio Dejours. Cf. Paulo Eduardo Arantes, “*Sale boulot*”, publicado neste volume.

variantes, enquanto modo de governo de populações inteiras em situações de risco emergencial e turbulência próxima da insurgência endêmica. Acepção corriqueira, porém não sua incorporação recente, pelo menos no discurso do “*new american way of war*” – e por extensão da matriz, ocidental. É que agora o “trabalho social” passou igualmente a pavimentar o caminho americano para a guerra permanente: “*social work with guns*”, na fórmula de Andrew Bacevich⁶, quem primeiro destacou estas fantasias de governança militar em que a guerra está se instalando para ficar de vez. Guardadas as devidas proporções, qualquer semelhança com as Minustahs da vida e as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) cariocas não é casual, pois se trata igualmente de um outro *continuum* punitivo, como ressalta o mesmo Wacquant, ao emendar, por exemplo, o *workfare* no *prisonfare*. Estamos apenas lembrando que o Estado social-penal “remasculinizado” é igualmente um *warfare State*. A virada punitiva da guerra, ao ressuscitar a velha estratégia da contrainsurgência dos anos 1960, arrastou consigo, como garantia de que se trata mesmo de uma contrainsurgência sem fim, o foco na “pacificação” através da boa governança econômica, da provisão social e securitária etc.⁷

3

Antes de iniciar nossa visita guiada ao complexo prisional das Torres Gêmeas de Los Angeles, voltemos ao preâmbulo conceitual, que uma expressão muito em voga entre as profissões de segurança prisional resume sem deixar resto, isto é, nenhuma dúvida acerca de por que ainda se trancafiam pessoas no século XXI, coisa que no fundo ninguém mais sabe responder, e por isso mesmo a pergunta parece tão obviamente sem propósito: é preciso fazer com que os presos cheirem a presos, *make prisoners smell like prisoners*. Para tanto, basta saber armazená-los em “zonas de estocagem” apropriadas, graças sobretudo à recondução das antigas e sempre alegadas funções reabilitadoras do encarceramento à dimensão primitiva de castigo e mera neutralização, e com isso reentronizar a centralidade do sofrimento, agora em nova chave, pois os tempos são outros. A humilhação de cheirar como um detento – a aura mesma da danação – resulta assim de um novo metabolismo carce-

⁶ “Social Work with Guns”, *London Review of Books*, v. 31, n. 24, 17 dez. 2009, p. 7-8.

⁷ Para uma exposição completa, ver ainda Andrew Bacevich, *Washington Rules: America's Path to Permanent War* (Nova York, Metropolitan Books, 2010), cap. 5.

rário movido a “retribuição automática”. Numa palavra, sempre segundo Wacquant: quando o encarceramento voltou finalmente a ser aquilo que nunca deveria ter deixado de ser desde a origem, nada mais do que um sofrimento, mas agora, num regime institucional de mero processamento de pessoas, sem outro fim que não a contenção pura e simples, quer dizer que no limite se encarcera “para fazer mal”, “pune-se para punir”, numa indistinção deliberada de meios e fins⁸.

Volto a sugerir, sem poder seguir em frente, que os sofrimentos do encarceramento são infligidos por um “trabalho do mal” a ser pesquisado na linha referida anteriormente, isto é, que só “se encarcera para fazer mal” se tal tratamento de choque for encarado, e sublimado na sua própria violência específica, como um “trabalho” do “zelo” na contenção da insegurança social e seus transbordamentos. Relembro que do ângulo mencionado, o da psicodinâmica das situações de trabalho, *a realidade do trabalho é o zelo*, com o qual suas prescrições são contornadas. Assim, quando Wacquant assinala como uma exceção o fato de “certos carcereiros considerarem ser sua incumbência fazer reinar no interior de seus estabelecimentos um rigor penal superior ao estipulado pelo regulamento”⁹, é do trabalho carcerário propriamente dito que está falando, e, por tabela, do zelo característico do “trabalho do mal” na terceira onda de intensificação capitalista do trabalho¹⁰. Vistas as coisas por este prisma, todavia, seria indispensável ressaltar igualmente o outro extremo de toda a cadeia punitiva, a pressão da burocracia penitenciária exercida sobre o trabalho de contenção exigido dos “agentes correccionais”. Como se pode verificar, por exemplo, num estudo encomendado ao Instituto de Psicodinâmica do Trabalho do Québec pela administração de uma *supermax* [presídio de segurança máxima] local, desafiada pelo grau elevado de aflições psíquicas e morais, envenenando o serviço de seu pessoal na linha

⁸ Para o cheiro de cadeia como um fim em si mesmo, ver Loïc Wacquant, *Punir os pobres*, cit., p. 296. Para o teatro do sofrimento penal, onde se pune apenas para punir, ver a entrevista do mesmo Wacquant no fecho da primeira edição de *Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (Rio de Janeiro, Revan, 2000, Coleção Pensamento Criminológico, v. 6), p. 144.

⁹ Idem, *Punir os pobres*, 3. ed., cit., p. 252.

¹⁰ A respeito desta outra onda, gêmea da punitiva, como sugerido, ver Sadi Dal Rosso, *Mais trabalho!* (São Paulo, Boitempo, 2008, Coleção Mundo do Trabalho).

de frente, uma espécie de muro de arrimo humano mais decisivo do que as barras inertes de uma cela¹¹.

Pois bem, a crer no que li, tudo se passa como se o poder burocrático prisional, funcionando obviamente como um real poder punitivo, também operasse de modo a fazê-lo cair igualmente sobre as costas quentes de seus assalariados, de resto já confrontados no seu dia a dia, obrigatoriamente relacional, com uma situação de violência sempre no limite da explosão. Quando esta finalmente ocorre nos momentos de crise – mas não só nessas ocasiões extremas, pois é amplo o espectro do trabalho verdadeiramente atroz de vigiar e punir, e *zelosamente*, ainda por cima, pois até nesse último círculo há ainda quem preze o trabalho benfeito e reconhecido como tal –, o trabalho desses funcionários da sombra adquire então visibilidade máxima, mas justamente como *trabalho sujo*. Pois o trabalho de vigilância, sem o qual a contenção é mera força bruta, trabalho dos olhos, dos ouvidos e do cérebro, em extenuante estado de prontidão, é por definição invisível, e como tal, desprezado na sua insignificância, salvo na hora do mal necessário. Acresce que o trabalho real de conter e vigiar – como ocorre de resto com o real do trabalho, qualquer que ele seja – é uma atividade arriscada também pela iminência constante do excesso ao contornar o formalismo dos protocolos do trabalho prescrito. Noutras palavras: o trabalho sujo delegado tacitamente aos subalternos, uma vez encerrado, vira “incidente”, para o qual se procura então um “culpado” entre os suspeitos de sempre, o elo mais fraco na organização do trabalho no interior do aparelho penitenciário, funcionando nesses momentos tal qual um sistema judiciário, nesse caso, uma gestão por inquéritos disciplinares distribuídos a torto e a direito. Assim, ao forte sentimento de medo que vulnerabiliza de partida os trabalhadores do sistema vêm se juntar muita raiva e rancor, não sendo pequena a dose diária de injustiça e humilhação reservada a essa outra metade da ralé prisional. A virada punitiva não poderia ser mais completa.

4

Passemos então ao dispositivo de confinamento e estocagem: 142 mil metros quadrados alinhados em 4 hectares, em pleno coração da cidade – “o maior estabelecimento de detenção do mundo”, como gostam de se

¹¹ “L’agent correctionnel ou le surveillant surveillé”, cuja consulta me foi sugerida pelo pesquisador Luciano Pereira.

vangloriar seus responsáveis –, compreendendo um quartel de alta segurança, um centro de recepção e seleção de novos detentos etc. Com 2.400 funcionários, Wacquant compara o conjunto a uma fábrica gigantesca, “cuja matéria-prima e cujo produto manufaturado seriam os corpos dos detentos”. Mas a analogia fordista fica por aí. Embora se trate ainda de uma instituição completa e austera, ela é tudo menos uma fábrica de trabalho disciplinado dos velhos tempos, pois o trabalho penal, quando existe, não desempenha nenhuma missão econômica positiva de recrutamento e disciplinamento de uma mão de obra ativa, embora seja crescente a pressão financeira (reduzir a fatura carcerária) e ideológica para reintroduzir o assalariamento desqualificado de massa em empresas privadas que operam no interior das prisões, permitindo, além do mais, “estender aos presos pobres a obrigação do *workfare*, hoje imposto aos pobres livres como norma de cidadania”¹². Prevalece, todavia, a escalada punitiva da mera estocagem de toda uma “categoria sacrificial” da população – pois os detentos “são o grupo pária entre os párias” –, que pode ser “vilipendiada e humilhada impunemente”¹³. E a essa massa “exalando o odor repugnante da derrota, da vida fracassada e do atraso”¹⁴, precisa ser administrado – inclusive no sentido imperativo de ingestão de um fármaco maléfico – o cheiro social específico da cadeia, cuja impregnação se deve ao funcionamento peculiar de uma outra usina contemporânea, especializada no tratamento de detritos sociais¹⁵, pois nessas usinas de “remoção do refugo humano”¹⁶ até a tarefa diária de “acolher”, criar e colocar em circulação – em princípio, o mais rapidamente possível – todo esse entulho subproletário assume uma inédita dimensão punitiva, altamente reveladora do atual curso do mundo em regime de urgência permanente, e justamente no teor intransitivo que estamos vendo: punir por punir e nada mais, simplesmente para fazer mal, e quanto mais, melhor.

¹² Loïc Wacquant, *Punir os pobres*, 3. ed., cit., p. 349. Para a descrição do funcionamento das Twin Towers, a seguir, ver p. 313-20.

¹³ *Ibidem*, p. 312.

¹⁴ Nas palavras de Zygmunt Bauman, a cuja voz no capítulo logo voltaremos, *Globalização: as consequências humanas* (trad. Marcus Penchel, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999), p. 129.

¹⁵ Loïc Wacquant, *Punir os pobres*, 3. ed., cit., p. 250.

¹⁶ Outra vez Bauman, *Vidas desperdiçadas* (trad. Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005).

Por falar em circulação, Wacquant assinala a existência de um viaduto com duzentos metros de extensão que

liga o centro de seleção à estação rodoviária encravada nas entranhas do edifício, onde detentos chegam continuamente de ônibus que descarregam sua carga de “pescado” noite e dia. A Los Angeles County Jail possui o maior parque público para ônibus de todos os Estados Unidos, indispensável ao transporte dessas dezenas de milhares de internos. Um interminável labirinto de corredores cegos, de paredes nuas, conecta as diferentes partes do complexo.¹⁷

O processo punitivo principia pela *peregrinação* expiatória através dessa malha inextricável para atingir seu primeiro auge num centro ciclópico de recepção e triagem, 14 mil metros quadrados distribuídos por dois andares, mais de duas dezenas de guichês, dotados cada um de uma sala de espera com capacidade para cerca de 50 pessoas. O que se faz circular no coração desse labirinto é um imenso coágulo particularmente cruel, o resumo exato do *tempo morto* destilado por uma virada punitiva sem outro fim que o agravamento do torniquete, a interminável volta de um único parafuso, o da *espera*, e não se trata apenas da imemorial e interminável contagem dos dias passados atrás das grades de uma prisão. Sendo no entanto a mesma, agora a espera é outra e tão disseminada quanto a onda punitiva que lhe redefiniu o caráter, por assim dizer um compasso de espera mundial.

Sentados em um pequeno tamborete metálico, os acusados declamam seu *horsepower* (identidade, altura, peso, sinais particulares, endereço, apelidos e antecedentes judiciários e penitenciários) num microfone que os liga à funcionária do registro, sentada pouco acima deles e por trás de uma vidraça blindada. *E eles esperam e esperam: três horas aqui, seis acolá, mais quatro nessa outra etapa, não menos de duas horas... Na realidade vão passar de doze a vinte e quatro horas, muitas vezes mais [...] enquanto esperam, dormem no chão ou nos bancos de metal das salas de espera, sob o neon e a luz gritante das televisões que funcionam o tempo todo para “pacificar” o “cardume” em trânsito.*¹⁸

O grifo obviamente é meu, tamanho o inusitado da situação, ou sua estranha familiaridade, daí passar despercebida essa cifra temporal definidora do hiperencarceramento como armazenagem por simples empilhamento do que se pesca nas ruas. Por contraste, um relato pitoresco talvez nos ponha

¹⁷ Loïc Wacquant, *Punir os pobres*, 3. ed., cit., p. 319-20.

¹⁸ *Ibidem*, p. 315.

na pista. Estudando a gênese e expansão dessa inflação penitenciária, Nils Christie conta que, na pequena Noruega dos anos 1980 para os 1990, as prisões começaram a sofrer uma superlotação tão inusitada que as autoridades resolveram, para espanto geral, enfileirar os excedentes numa lista de espera: isso mesmo, condenados a uma pena de prisão, os sentenciados esperavam a vez, geralmente em casa, por falta de vaga. Não se trata em absoluto de uma pena alternativa, mas literalmente de uma fila de espera. Mais uma, de resto duplamente disciplinar. Se todo mundo hoje em dia se arrasta em uma fila de espera, por que não especialmente os destinados a mofar em uma cela? Dupla descoberta, propiciada por um engarrafamento, da onda punitiva que se aproximava daquela pacata província, aliás não tão pacata assim se pensarmos em Ibsen e nos abismos da colaboração nos tempos do Terceiro Reich. Por um lado, primeira dissonância, a percepção de que os futuros sequestrados eram pessoas comuns e não selvagens perigosos ou monstros; por outro, contrabalançando aquela efêmera quebra de estereótipo, alguém numa fila de espera, antes mesmo de ser enjaulado, já não tinha mais futuro, e mais, fazia, ainda do lado de fora, a experiência do que significa esperar por um outro tempo de espera¹⁹. No fim da década de 1990, esse expediente estava quase inteiramente desativado, mas não a revelação num breve relance (durante a releitura de uma passagem aparentemente anódina do livro de Wacquant) de que *fazer esperar e punir* não só rimam no universo das disciplinas redescobertas por Foucault, mas sobretudo que *fazer esperar já é punir*, na exata medida que não se pune mais para corrigir um desvio, mas para agravar um estado indefinido de expiação e contenção. No limite, contenção do próprio tempo: é sabido que a “ausência de tempo”, que corrói o transcorrer de uma vida em reclusão carcerária, mina e destrói o sistema imunológico, além de gerar transtornos neurológicos e psíquicos imprevisíveis²⁰. Mas já pelo efeito destrutivo desse dano colateral se pode vislumbrar o papel central da *microfísica da espera* na virada punitiva: podendo

¹⁹ Nils Christie, *Crime Control as Industry: Towards Gulags, Western Style* (3. ed., Londres, Routledge, 2000), p. 44-5.

²⁰ Como lembrado meio que de passagem por Lola Aniyar de Castro, junto com outros efeitos patogênicos do espaço e do tempo suspensos pela vida em reclusão, efeitos que constituem a essência do próprio confinamento – pois o foco do artigo é sobretudo o extermínio intracarcerário nas “instituições de sequestro” em nosso continente. Ver a contribuição da autora no capítulo “Matar com a prisão, o paraíso legal e o inferno carcerário: os estabelecimentos ‘concordes, seguros e capazes’”, em

ser letal, o tempo morto é mais do que uma metáfora, é o tempo próprio da epidemia punitiva que contamina todos os cantos escuros do mundo, e os não tão escuros assim, que estão sendo remodelados pelo novo governo do capital. Escuros e subalternos, pois a imposição da espera nos labirintos do sistema penal afeta a base e não o topo da pirâmide social. Numa palavra, o tempo morto da espera punitiva é uma questão de classe. De tal limiar subterrâneo onde vivem em estado de latência os hóspedes dessas ratoeiras prisionais de Los Angeles, irradia para as zonas de luz e opulência das classes confortáveis, onde a simples espera é então de fato ressentida como um castigo imerecido. Logo veremos por que.

Por enquanto uma outra amostra da *matriz punitiva da espera como disciplina social*. Tratando da penalização da assistência pública redirecionada pelo *workfare* para a imposição coordenada do subemprego – assim como se pune para punir, o dever do trabalho pelo trabalho é uma evidência que tampouco se discute, muito menos a acumulação pela acumulação, como todas as demais tautologias constitutivas de uma engrenagem cega como o capitalismo –, Wacquant observa como as agências de assistência reformadas pelas abordagens do *workfare* tomaram emprestadas as técnicas de gestão de pessoal usadas na instituição correcional: monitoramento cerrado, determinação de um local preciso de trabalho, registro detalhado das rotinas e especificação de tarefas, rígido sistema de sanções graduais etc.²¹ O processo de penalização convergente entre os dois braços do Estado é tal que a semelhança física do posto de assistência pós-reforma com as instalações prisionais é chocante:

Não se trata apenas dos portões, dos guardas, dos sinais de advertência ou mesmo das cadeiras de plástico, cor de laranja, das salas de espera, ou dos pisos de linóleo de um cinza-sujo institucional, trata-se também das condições de superlotação, dos sinais de comando, a voz do sistema de som interno [...] o posto de atendimento tem ainda algo de prisão provocado pela sucessão de portas fechadas, aparentemente sem fim, cada uma delas com seu próprio número etc.²²

Pedro Abramovay e Vera Malaguti Batista (orgs.), *Depois do grande encarceramento* (Rio de Janeiro, Revan, 2010), p. 99.

²¹ Loïc Wacquant, *Punir os pobres*, 3. ed., cit., p. 182-3.

²² Nesse passo, nosso autor está transcrevendo observações de Sharon Hays, *Flat Broke with Children*. Ibidem, p. 183.

Como a nova lei que generalizou o *workfare* eliminou garantias legais, maximizou a autoridade e severidade dos funcionários, prossegue Wacquant, a atmosfera de prisão se intensificou num posto de assistência saturado de desconfiança, confusão e medo. Tudo somado, impregnando todo o repertório de gestos e espaços desqualificados, a mesma experiência opressiva de uma *grande espera por coisa nenhuma*, uma outra zona de suspensão do tempo, algo como uma sala de espera absoluta com o aviso-comando “Espere Aqui” clinhotando indefinidamente como um falso alarme. Alertados por um sexto sentido de classe, compreende-se o calafrio que estremece os de cima quando lhes pedem para esperar um pouquinho além da conta, como se uma voz ousasse lhes ordenar: ponha-se no seu lugar e limite-se a esperar, coisa que obviamente cheira a casa de detenção.

5

Nos tempos que correm (sem trocadilho), a espera tornou-se uma punição porque *imobiliza*. E pelas mesmas razões – a saber, aceleração social máxima, conforme o aumento exponencial da velocidade de rotação do capital intensifica a exploração do trabalho, que por sua vez se fragmenta e dessocializa – a mobilidade, na boa observação de Zygmunt Bauman, secundando a análise clássica de David Harvey acerca da compressão espaço-temporal que a assim chamada acumulação flexível teria levado ao ponto extremo de anulação de uma e outra dimensão, “tornou-se o fator de estratificação mais poderoso e mais cobiçado, a matéria de que são feitas e refeitas diariamente as novas hierarquias sociais, políticas, econômicas e culturais”²³. A prova de que a velocidade é antes de tudo um fenômeno político – como mostrou o estudo pioneiro de Paul Virilio²⁴ – pode ser encontrada na polarização social que ela produz, reinventando verdadeiras “aristocracias da velocidade” cuja “lógica da corrida”, que no fundo é a lógica mesma da guerra, através da qual a dominação se exerce por meio do controle do movimento, da supremacia do não lugar sobre o lugar²⁵,

²³ Zygmunt Bauman, *Globalização*, cit., p. 16.

²⁴ Paul Virilio, *Velocidade e política* (trad. Celso Mauro Paciornik, pref. Laymert Garcia dos Santos, São Paulo, Estação Liberdade, 1996).

²⁵ Ver a respeito o esclarecedor prefácio de Laymert Garcia dos Santos, num tempo em que os argumentos visionários de Virilio ainda passavam em brancas nuvens. *Ibidem*, p. 9-15.

prosseguirá por outros meios no tempo instantâneo em que se desloca o capital fictício autonomizado. O poder foi assim se tornando imponderável, e suas elites, móveis, elites da mobilidade, acrescenta Bauman²⁶. A entronização social do “instantâneo” corre por esse trilho. Contornando o tempo congelado da rotina fordista – “congelado”, visto pelo ângulo do capital, que não podia então evitar o cara a cara com a força de trabalho plantada no chão da fábrica –, agora detém os controles do mando quem se move e age com maior rapidez, quem mais “se aproxima do momentâneo do movimento”, ainda na formulação de Bauman: e, no lado oposto da equação contemporânea, estão

as pessoas que não podem se mover tão rápido – e, de modo ainda mais claro, a categoria das pessoas que não podem deixar seu lugar quando quiserem, as que obedecem. A dominação consiste em nossa própria capacidade de escapar, de nos desengajarmos, de estar “em outro lugar”, e no direito de decidir sobre a velocidade com que isso será feito – e ao mesmo tempo de destituir os que estão do lado dominado de sua capacidade de parar, ou de limitar seus movimentos ou ainda torná-los mais lentos.²⁷

²⁶ Também denominadas “elites cinéticas”. Ao que parece a expressão foi pescada pelo arquiteto Rem Koolhaas nas águas turvas do filósofo Peter Sloterdijk, especulando acerca do estatuto ontológico dos atores da hiperesfera plasmada pela globalização, uma hiperesfera conectada de terminais aéreos e ferroviários por onde trafega por acessos exclusivos uma “classe de excelência”, é claro que tudo isso enunciado na dicção do desprezo nietzschiano pelo Último Homem. Cf., p. ex., Peter Sloterdijk, *No mesmo barco: ensaio sobre a hiperpolítica* (trad. Claudia Cavalcanti, São Paulo, Estação Liberdade, 1999), p. 60-1. O que importa mesmo destacar são as formas arcaicas de dominação e desigualdade que retornam por meio das tecnologias de informação e comunicação e da correspondente segmentação privatizante das infraestruturas em rede, cujo futuro de privilégios encapsulados em todo tipo de enclaves elas tornaram rapidamente uma realidade por assim dizer utópica, só que, no caso, da instantaneidade. Ver a propósito – uma tradução, para o plano das infraestruturas urbanas em rede, da tese já mencionada de David Harvey, segundo a qual a mobilidade se tornou a principal arena em que se trava a luta por controle e poder – Stephen Graham e Simon Marvin, *Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities and the Urban Condition* (Londres, Routledge, 2001). No que concerne às “elites cinéticas”, ver p. 364.

²⁷ Zygmunt Bauman, *Modernidade líquida* (trad. Plínio Dentzien, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001), p. 139.

Sendo esse o ponto nevrálgico do conflito, deve necessariamente soar como sarcasmo involuntário a vasta literatura – da autoajuda ao estudo sociológico padrão – dirigida aos afortunados que ainda podem se dar ao luxo de viver em câmara lenta, reduzir a marcha e oferecer-se impunemente o refinado prazer de uma temporada com o relógio na gaveta, geralmente numa residência secundária, especialmente planejada para tal fim, o teatro privado do tempo lento de volta ao comando. Daí a forte impressão de *gentrification* nas versões institucionais dessa mesma regalia do tempo desacelerado, como no caso da rede Cittaslow – mesmo se inspirando na percepção correta de que a cidade enquanto “máquina de mobilidade” é um aparato dualizador por excelência, condenando os retardatários, como veremos, ao sofrimento de um verdadeiro *êxodo*, impulsionados pela força coercitiva da mobilidade dos ganhadores²⁸. Vão na mesma direção os apelos edificantes da Unesco em favor da reabilitação do tempo longo, ofuscado pela miopia temporal de nossa época²⁹.

Refletindo sobre o futuro do luxo, até mesmo a perspicácia de um Enzensberger resvala nesta armadilha dos *happy few*, a aristocracia da velocidade há pouco mencionada³⁰. É verdade que o luxo hoje abandonou o excesso e aspira ao necessário, como observa Hans Magnus. Mas não é menos verdade que o excesso hoje recai sobre as massas (bem ou mal) trabalhadoras e consumidoras (*idem*), de sorte que vive no luxo quem pode desviar para os outros uma tal sobrecarga, conduzindo com sucesso uma outra estratégia de “evitação”. De novo, “minimalismo e renúncia” entram em cena, desta vez como marcas da *distinção* envolvidas no acesso a bens escassos. Numa virada histórica de aceleração máxima, não espanta que o tempo, assim como os demais pré-requisitos elementares da vida, como espaço, sossego, atenção etc., redescobertos ao término de seu périplo, tenha se tornado o mais importante

²⁸ Max Rousseau, “Le mouvement des immobiles”, *Le Monde Diplomatique*, n. 688, jul. 2011. Para um retrato expressivo do modo pelo qual este frenesi de mobilidade afeta as populações saturadas pelos fluxos que no limite as imobilizam, ver Vincent Doumayrou, “Veut-on singapouriser la Flandre?”, *Le Monde Diplomatique*, n. 673, abr. 2010, p. 20-1.

²⁹ Jérôme Bindé, “Pour une éthique du futur”, *Les Cahiers du MURS*, n. 35, abr. 1998.

³⁰ Hans Magnus Enzensberger, “Luxo: passado, presente, futuro”, em *Ziguezague* (trad. Marcos José da Cunha, Rio de Janeiro, Imago, 2003).

dos ativos de luxo. Todavia, não é preciso quebrar a cabeça para atinar com a origem social dos seus consumidores exclusivos, por mais que aleguem ser os que menos podem dispor do seu próprio tempo, pois afinal são os maiores prisioneiros de suas agendas, que se estendem até por alguns anos no futuro – como ressalta e sublinha o próprio Enzensberger, comentando o alcance de seu achado: para concluir, no caso do espaço, por exemplo – outro recurso natural engarrafado pelo excesso de gente e bugigangas –, por uma *boutade* minimalista que cheira a guia de elegância e decoração de interiores: “Hoje, um aposento parece luxuoso quando está vazio”.

O elogio da lentidão não é necessariamente um gênero apologético – nele incluído tanto a redenção pela bicicleta como o *temps d’arrêt* de uma sessão de psicanálise –, embora cultivado num terreno escorregadio. Num momento de desatenção, até mesmo alguém tão insuspeito quanto Robert Kurz cede à tentação e reativa o anacronismo social em que esbarram as considerações de Enzensberger sobre quem pode ou não se dar ao luxo de se livrar da agenda na economia contemporânea do tempo, quem afinal pode se dar ao luxo de não ter pressa – como o fumante inveterado de Oscar Wilde, que não se importava em morrer aos poucos, pois não tinha pressa. Por isso bate na mesma tecla do “uso luxuoso do tempo”, coisa que “nenhum executivo moderno poderia permitir-se, mesmo ganhando milhões por ano e dirigindo o carro mais rápido”, remetendo ao célebre relato do escritor Johann Gottfried Seume (1802) sobre seu passeio a pé da Saxônia até a Sicília, um manifesto ambulante contra a aceleração permanente de todos os processos da vida, num momento em que a mobilidade tecnológica ainda nem chegara ao patamar da locomotiva a vapor. O exemplo sem dúvida é esplêndido, como também a conclusão a que chegara Thoreau diante dos novos meios de locomoção e transporte, a saber, que anda mais rápido quem anda a pé³¹. O curioso nisso tudo é que Marx também sucumbiu à ideologia da aceleração ao comparar as revoluções modernas à locomotiva da história. Sempre à caça da estupidez progressista, Flaubert não sossegou até botar um Cristo socialista dirigindo uma locomotiva numa cena de *A educação sentimental**. Todavia, mesmo enredado no imaginário do século burguês, Marx estava dizendo o mesmo que Thoreau: que a humanidade sairia mais rápido da pré-história (e nisso

³¹ Robert Kurz, “Sinal verde para o caos da crise”, em *Os últimos combates* (Petrópolis, Vozes, 1997, Coleção Zero à Esquerda), p. 346-8.

* São Paulo, Nova Alexandria, 2009. (N. E.)

toda pressa era pouca) andando a pé com a classe operária (agora a revolução é que é um bichinho cavador e paciente). Seria preciso então acrescentar que o problema não é o luxo de se pôr na contramão de uma superabundância que sufoca, mas de saber a hora em que a *urgência* muda de sentido, e com ela todo o sentido da *espera*. Afinal, *quando é urgente esperar*³²? A “filosofia crítica do andar” preconizada por Seume, cujo *Passeio a Siracusa* obviamente não li, era por certo mais do que contemporânea das meditações de Hegel sobre a História, a qual podia sim se dar ao supremo luxo de andar a pé, pois a Razão, e uma razão astuciosa, que a conduzia dispunha de uma paciência infinita. Não é mais o caso nem de Kurz/Enzensberger nem do executivo engolido pela agenda consumida por eventos bestamente inadiáveis.

7

Cada vez mais lentos, até a imobilidade total nas zonas de espera que são as prisões submersas pela maré punitiva. A grande espera de hoje é assim a da imobilidade forçada, necessariamente punitiva, pois estar proibido de mover-se é uma fonte inesgotável de dor, incapacidade e impotência³³. Por isso, o que fazem os internos de uma supermax como a prisão de Pelican Bay em suas celas simplesmente não importa: como ela já não foi mais projetada como laboratório de reabilitação por meio do trabalho deliberadamente redundante, o que importa, continua Bauman, é que “fiquem ali”³⁴ – e esperem, indefinidamente. Quando o xerife Apaio declara – e denuncia a natureza de seu “trabalho” – “Quero que eles sofram”, sabe do que fala: quero vê-los imobilizados por uma espera sem fim nem propósito. E sabe em nome de quem fala:

A imobilização é o destino que as pessoas perseguidas pelo medo da própria imobilização desejam naturalmente e exigem para aqueles que elas temem e julgam merecedores de uma dura e cruel punição. Outras formas de dissuasão e retribuição parecem, comparativamente, de uma clemência lamentável, inadequada e ineficaz – isto é, indolor.³⁵

³² Mais adiante, veremos de perto como Jean-François Bayart responde a essa pergunta, em *Le gouvernement du monde: une critique politique de la globalisation* (Paris, Fayard, 2004).

³³ Como lembra ainda o mesmo Bauman, *Globalização*, cit., p. 130.

³⁴ *Ibidem*, p. 121.

³⁵ *Ibidem*, p. 130.

Punir os pobres com a pena cruel dessa espera imobilizadora – tanto nas salas de espera social em que se encontram confinados os beneficiários humilhados e explorados do *workfare* quanto a ralé proletária aspirada pelo sorvedouro prisional, para não mencionar ainda a legião dos condenados a mofar nas demais zonas liminares de espera coercitiva que o emparedamento global vai multiplicando – é, portanto, também um impulso de retaliação automática ditado por camadas sociais a tal ponto enroscadas nas malhas do privilégio instantaneísta do rentismo e do presentismo que não concebem suplício maior – para elas, inteiramente simbólico: por mais que padeçam nas mãos das ideologias desenhadas para poupar tempo, pois não conseguem, por assim dizer, gastá-lo³⁶ no “presente prolongado”³⁷ em que circulam – do que a até ontem corriqueira experiência da espera. Embora não seja por certo a mesma experiência de classe, sem nem mesmo reparar – suprema distração *grand seigneur* – que as classes puníveis com a pena da espera indefinida não têm problemas de *agenda*³⁸, em função dos quais costumam acontecer os engarrafamentos e as explosões de impaciência de nossas “sociedades da satisfação imediata”³⁹. É bem verdade que os encastelados nas fortalezas oligárquicas sempre poderão alegar a simetria da apropriação direta no desatino de se matar por um tênis ou coisa que o valha⁴⁰.

Se ainda houvesse dúvida a respeito da matriz prática de toda a atual tecnologia de contração do tempo no enquadramento dos indivíduos pela lógica do *delay zero* – as novas estratégias de gestão e subordinação do trabalho pela mobilização total dos implicados dentro e fora de seu mundo –, bastaria

³⁶ Thomas Hylland Eriksen, *Tyranny of the Moment: Fast and Slow Time in the Information Age* (Londres, Pluto, 2001).

³⁷ Na fórmula sugerida por Helga Nowotny em *Le temps à soi: genèse et structuration d'un sentiment du temps* (Paris, Maison des Sciences de l'Homme, 1992), cujo argumento examino em “O novo tempo do mundo”, publicado na p. 27-97 deste volume.

³⁸ Jean-Pierre Boutinet, *Vers une société des agendas: une mutation de temporalités* (Paris, PUF, 2004, Sociologie d'Aujourd'Hui).

³⁹ Zaki Laïdi, *Le sacre du présent* (Paris, Flammarion, 2000).

⁴⁰ Assim irmanados no mesmo estereótipo oligarcas bem pensantes e “esquerda punitiva”, aos quais posso apenas recomendar o artigo de Cecília Coimbra, “Modalidades de aprisionamento: processos de subjetivação contemporâneos e poder punitivo”, no mencionado volume coletivo, Pedro Vieira e Vera Malaguti Batista (orgs.), *Depois do grande encarceramento*, cit.

consultar o amplo inventário de Nicole Aubert⁴¹. Mais uma vez: a virada punitiva que acompanha um novo regime de acumulação, cuja associação com a regulação coercitiva do trabalho dos pobres Wacquant foi o primeiro a ressaltar com o vigor que se sabe, tem a ver com esse desígnio de recentrar o governo de populações supostamente lentas no rumo de uma outra celestidade, diversa das cadências do antigo regime fordista. A pressão temporal permanente agora é outra – por isso se pune exemplarmente quando se impõe o sem sentido da pura perda de tempo aos perdedores aprisionados, uma vez que o fantasma dos ativos é a impossibilidade absoluta de perder tempo.

Duas palavras sobre a expressão “sociedade da satisfação imediata”. Ela se deve ao sociólogo alemão Gerhard Schulze, ao identificar na matriz contemporânea da sociedade atual, num estudo publicado em 1992, o que chamou de *Erlebnisgesellschaft*, na qual justamente a supremacia da experiência vivida, ou melhor, “vivência”, que, a rigor, de “experiência” não tem nada, provoca uma desarticulação explosiva da noção social de “limite”. No comentário de Zaki Laïdi, trata-se de um aumento exponencial de tal ordem das opções de vida e escolha disponíveis que enreda o indivíduo

numa lógica de escolhas incessantes a serem feitas ato contínuo num mar de possibilidades que o submerge. Ocorre que essas possibilidades já se encontram num regime de livre acesso: elas simplesmente estão aí. E, portanto, elas não têm mais nada a ver com um *horizonte*.⁴²

O grifo é meu, só para lembrar que essa noção de horizonte – sobretudo quando associada à ideia de *espera*, na formulação hoje paradigmática de Reinhart Koselleck⁴³ – nos levaria longe, precisamente por estar no coração de nosso argumento, porém com o sinal trocado, pois as zonas de espera que estamos começando a analisar – e começando pelo grande encarceramento segundo Wacquant – se definem justamente por esse apagamento do horizonte. Trocado em miúdos nos seguintes termos, ainda pelo mesmo teórico do *presentismo* contemporâneo, variando por sua vez o esquema básico de Koselleck, segundo o qual a espera, ou a expectativa (*Erwartung*), é antes de

⁴¹ Com a colaboração de Christophe Roux-Dufort, *Le culte de l'urgence: la société malade du temps* (Paris, Flammarion, 2003).

⁴² Zaki Laïdi, *Le sacre du présent*, cit., p. 115.

⁴³ Por exemplo, em *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira, Rio de Janeiro, Contraponto/PUC, 2006).

tudo um horizonte, e como tal se afasta à medida que avançamos e assim se situa muito além de toda a experiência, articulada em contraponto como um campo presente do qual aquele horizonte projetivo se distancia à medida que a história ela mesma se temporaliza, conforme se cristaliza por sua vez o sentimento moderno por excelência de que o tempo “vai para algum lugar” e por isso, desde então, a humanidade sempre espera por alguma coisa – para falar como o Galileu de Brecht – muito além do real disponível na vivência imediata. Por onde se vê que o *atualismo* de hoje seria, portanto, mais bem caracterizado como uma desarticulação tal dessas duas dimensões que o presente passa a concentrar toda a sobrecarga de expectativa dirigida noutras épocas ao futuro, de sorte que todo chamado à ação responde a uma injunção imediata do instante, responde a uma *urgência* qualquer, que por sua vez torna *dramática* toda conjuntura⁴⁴: por mais frívolo que possa parecer o apelo presentista atual, seu protagonista é um personagem submerso por obrigações temporais exigíveis à queima-roupa⁴⁵.

Pois relembrados os termos nos quais Koselleck redefiniu nossa compreensão corrente da espera, e com ela a noção básica de experiência da história, cuja mutação radical é justamente a cifra do descontrole contemporâneo, voltemos ao modelo da sociedade da “satisfação imediata”, retraduzida por Zaki Laïdi. Quer dizer, ao eclipse do horizonte de expectativa à medida que se comprime até seu grau zero a distância simbólica entre a espera e o vivido: nesse momento, quando ancoramos nossas esperas num campo de experiência restrito à proximidade de vida, o mundo desaparece como perspectiva e o “Eu deixa de ser horizonte para se converter no núcleo duro das condições de possibilidade da experiência”. Fórmula encantatória kantiana à parte, estamos falando do mesmo Eu narcisista e sitiado diagnosticado por Christopher Lasch, ao término dos assim chamados trinta anos gloriosos do pós-guerra⁴⁶. E, como logo nos confrontaremos com a figura correlata da *impaciência*, não vejo melhor ilustração do exposto acerca do afunilamento temporal característico de uma sociedade centrada na vivência do que o retrato do adolescente prestes a cair em depressão – “uma crise

⁴⁴ François Ost, *Le temps du droit* (Paris, Odile Jacob, 1999), p. 277.

⁴⁵ Zaki Laïdi, *Le sacre du présent*, cit., p. 8.

⁴⁶ Christopher Lasch, *O mínimo Eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis* (trad. João Roberto Martins Filho, São Paulo, Brasiliense, 1986), p. 83.

inconveniente a ser medicada com urgência para que o garoto, ou a garota, volte a participar da festa dos incluídos” – esboçado por Maria Rita Kehl:

A adolescência do terceiro milênio não se parece mais com a travessia do terreno desconhecido que o sujeito empreende para se reencontrar – como o jovem Sidarta, personagem do livro de cabeceira de trinta anos atrás. A adolescência contemporânea não é uma passagem, é uma chegada abrupta, talvez precoce, em um lugar privilegiado que os meninos e as meninas não tiveram que conquistar.⁴⁷

A “festa dos incluídos” é uma outra zona de espera. Só que positivada, pois afinal se trata de “incluídos”, e assim sendo, nessa outra zona, o horizonte de espera se dissipou de uma vez por todas num presente absoluto. Na festa dos incluídos – um dos grandes laboratórios da “euforia perpétua” –, a rigor, nada acontece, nela não existem atos, apenas cenas, no juízo fulminante de Gay Talese, apenas inaugurada a Era da Festa nos Estados Unidos⁴⁸. Num estudo sobre o transe festivo em que transcorre o tempo infinito da conjunção noturna de química, música e computador, Tales Ab’Sáber fecha o argumento – uma geração depois do consumo de mercadorias orgiásticas, num momento de auge do que se poderia chamar de boêmia a favor, desde que ela se industrializou e digitalizou –, mostrando que, com efeito, “festeja-se o fato de não haver nada a festejar”⁴⁹. O alívio enfim de uma liberação verdadeiramente distópica. Assim, tudo se passa, ao se celebrar a dimensão radicalmente antiutópica de sua cultura – aliás, fabricada *sur place* como numa esteira *fast-food* –, como se o músico *techno* e seu povo da noite estivessem por sua vez trocando em miúdos bem palpáveis o axioma filosófico básico do presentismo contemporâneo: a grande mutação histórica de nosso tempo é a experiência nova e paradoxal, ela mesma histórica, da anulação da expectativa de qualquer mudança⁵⁰. Se avançarmos um pouco mais na companhia de Tales, depararemos com o que se poderia chamar enfim de

⁴⁷ Maria Rita Kehl, “Depressão e imagem do novo mundo”, em Adauto Novaes (org.), *Mutações: ensaios sobre as novas configurações do mundo* (Rio de Janeiro/São Paulo, Agir/SESC, 2008), p. 301.

⁴⁸ Gay Talese, “A festa acabou”, em *Fama e anonimato* (trad. Luciano Vieira Machado, São Paulo, Companhia das Letras, 2004), p. 435-7.

⁴⁹ Tales Ab’Sáber, *A música do tempo infinito* (São Paulo, Cosac Naify, 2012).

⁵⁰ Veja-se o comentário de Franklin Leopoldo e Silva, “Descontrole do tempo histórico e banalização da experiência”, em Adauto Novaes (org.), *Mutações*, cit.

zona cinzenta da onda punitiva contemporânea, no caso a *suspensão do tempo* nessas zonas liberadas por uma noite sem fim, reunindo em torno de desejos hipergratificados “clubbers, empresários, viajantes, hippies, criminosos e músicos”, na enumeração caótica de um ideólogo da cultura *ecstasy*, ela mesma um ramo do juvenilismo que desbancou regras em nome de opções. Estou me referindo a sua menção e seu comentário de um artigo em que Žižek aproxima as patéticas manifestações literárias de um *condottiere* de limpezas étnicas como o líder nacionalista sérvio Radovan Karadžić – nas quais incita seus súditos a “se jogarem” fundo nas bebidas fortes e na “inclemência” – do universo infrapolítico radical no filme de Kusturica, *Underground: mentiras de guerra*, compondo ambos uma constelação precisa de transe destrutivo permanente e apelos à brutalidade obscena de um superego inimigo de todas as proibições: a encenação fantasmática da crueldade expiatória nas guerras de desintegração da ex-Iugoslávia. Tal é a “profunda política da maldade” nesse mundo noturno da festa infinita: nele, em suma, “não se deve esperar nada”⁵¹. Nessa zona de espera singular, o “medo de parar” que nela impera não se deve, portanto, exclusivamente ao efeito alucinatório da vida sob drogadição.

Tudo isso dito, nunca será demais lembrar que toda essa configuração de velocidade, aceleração e satisfação imediata, exponenciada pela intensificação presentista da experiência vivida, deita raízes na pré-história fordista do nosso mundo, como atesta a associação de automóvel e *fast-food* no capitalismo do imediato pós-guerra, estudada por Isleide Fontenelle na primeira parte de seu livro enciclopédico sobre o valor da marca – McDonald’s, no caso. Naqueles anos, recorda um historiador oficial do McDonald’s, o país já estava “mais rápido, mais móvel e mais orientado para a conveniência e a gratificação imediatas”⁵². O velho superego punitivo já começava a soltar as amarras e levantar voo. Num país “com pressa de construir o futuro”, na alusão sarcástica de Don DeLillo, citado em epígrafe, era de se esperar, mais cedo ou mais tarde, que os vencedores nessa corrida principiassem a organizar a punição dos retardatários, imobilizando de vez os que já perdiam velocidade.

⁵¹ Tales Ab’Sáber, *A música do tempo infinito*, cit., p. 26.

⁵² John Love, *McDonald’s: a verdadeira história do sucesso* (trad. Davi Soares e Aurea Weissenberg, 5. ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996), citado em Isleide Arruda Fontenelle, *O nome da marca: McDonald’s, fetichismo e cultura descartável* (São Paulo, Boitempo, 2002), p. 60.

Seja como for, o fato é que uma tremenda mutação temporal virou de ponta-cabeça o mundo que o capitalismo vencedor está reorganizando e governando. Mutações cuja fratura exposta se encontra justamente na virada punitiva operada pelo estado bifurcado estudado por Wacquant. Daí as *duas esperas*, uma disciplinadora da insegurança social alimentada pela inquietação do trabalho desqualificado; outra envenenando a “euforia perpétua”⁵³ das novas classes confortáveis que o capital costuma acariciar com uma mão e infernizar com a outra.

8

Sendo assim a aceleração social do tempo uma evidência que se alastra pelo conjunto de sociedades cada vez mais antagônicas, embora governadas pela fabricação de consensos, a maré punitiva que a acompanha se abate necessariamente sob a forma de imobilizações, daí o real sentimento de tempo morto que essa onda de choque dissemina em sua passagem. Literalmente, um contratempo. Que se traduz, como estamos vendo, por uma inédita e massiva experiência negativa da espera. Na verdade duas esperas, como se disse: uma experimentada no polo dominante como um estorvo cuja eliminação também se compra e outra na base comprimida da pirâmide, que não obstante a sustenta, como um *surplus* de sofrimento que faz toda a diferença. E no entanto não é menos evidente o paradoxo de que ambos os polos são afetados por uma mesma anulação de expectativas, como também ficou sugerido.

Retomemos o argumento pela exasperação dos de cima, a favor dos quais sopra o vento punitivo. E recomeçemos para variar pelo mais característico dispositivo da atual contração espaço-temporal, o aeroporto, e particularmente na condição de encruzilhada internacional, pois o elenco de obstáculos e barreiras que estamos assinalando, ao fim e ao cabo, é antes de tudo da ordem da fronteira, seja ela política, social, jurídica etc. É que, por mais insólito que pareça, cada vez mais avião rima com espera. Pois foi de tanto fazer fila em aeroporto, até o ponto de ebulição, que o africanista (mas não só) Jean-François Bayart chegou à conclusão, também ela paradoxal, de que

⁵³ Para citar novamente o título, mas apenas ele, de Pascal Bruckner, *A euforia perpétua: ensaio sobre o dever de felicidade* (trad. Rejane Janowitz, São Paulo, Difel, 2002).

num mundo globalizado pelo capital *a única urgência é a espera*⁵⁴. Porém uma espera muito específica do momento atual da mundialização: enquanto o capital flui, a força de trabalho das populações em peregrinação perpétua é compartimentada e comprimida por uma gama variada de coerções. A mais sutil e onipresente de todas elas, a espera, quer dizer, o *disciplinamento pela espera*. Ela rege inclusive toda uma técnica do corpo numa hora histórica em que outra vez as pessoas são imobilizadas em “colunas por um”, postas em seu lugar, em suma. Daí a novidade tremenda do “dispositivo” McDonald’s estudado por Isleide Fontenelle⁵⁵: fazer fila para conseguir comida (digamos assim) numa lanchonete banal deixa de sê-lo quando nos damos conta de que isso só ocorria em prisões, situações de guerra ou indignância econômica extrema, como na Grande Depressão – no fim dos anos 1940, quando os dois irmãos McDonald deram a largada no seu novo negócio, estes cenários emergenciais ainda estavam bem vivos na memória dos consumidores e no entanto logo seriam apagados pela aceleração da motorização individual. Como relembra Isleide, juntando carro e restauração rápida, ambos padronizados e massificados, na produção e no consumo, o *fast-food* veio responder à “pressa urbana”, de sorte que a rapidez motorizada acabou impondo a anomalia civilizada do paladar homogeneizado. Há quem veja nesse fim de linha o produto da guerra, encontrando os precursores do *fast-food* nos “rationamentos do tempo de guerra e nas técnicas de alimentação que forneciam ‘rações’ para milhões de tropas na Europa”. Pelo sim, pelo não, Isleide aproveita a deixa para pôr na roda uma outra questão – a nossa, no momento –, algo que hoje parece a coisa mais natural do mundo no ato de comer em restaurantes (sic) *fast-food*, e que não deixa de ser intrigante, para dizer o menos: a *fila*. Segue então a observação que está nos interessando. Soldando num bloco só a nova “pressa urbana” e a fila que a modula, ora acelerando, ora retardando, dosando a ansiedade dos que esperam, dóceis embora impacientes, certamente dessa *mise au rang* generalizada – a expressão francesa empregada por Bayart é muito mais drástica – decorrerão processos inéditos de subjetivação, que aliás Isleide começou a repertoriar no último capítulo, a começar pelo tipo de “sujeito” moldado pela cultura do descartável que o *fast-food*, se não inventou, entronizou de vez.

⁵⁴ Jean-François Bayart, *Le gouvernement du monde*, cit.

⁵⁵ Isleide Arruda Fontenelle, *O nome da marca*, cit., p. 85.

Do mesmo modo, as companhias aéreas, que também servem sanduíches de fantasia e prometem sensações de leveza e entretenimento a bordo, são antes de tudo instituições disciplinares. E não só por “canalizarem” seus passageiros confrontados por filas intermináveis, cancelamentos arbitrários, explicações de fachada etc., mas por exercerem igualmente funções de vigilância, das mais anódinas triagens às efetivamente policiais, da simples verificação de vistos à alimentação de fichários e cadastros com os dados desse fluxo perene. Com tanto controle e vigilância, não surpreende que a inflação das múltiplas esperas seja ressentida como uma orquestração punitiva. Por certo nada literal, é claro, mas as explosões de cólera – sobretudo nas ocasiões em que a pane generalizada parece se instalar na imensa sala de espera esparramada por todos os recantos de um terminal aéreo – correspondem a um sentimento absurdo de prejuízo desmesurado: como a demanda se reveste de urgência crescente, toda espera é sofrida como um escândalo intolerável, menos pelo dano real do atraso do que pela afronta lógica causada pelo espetáculo da imobilização no interior de uma máquina de compressão e aceleração do tempo – parodiando, além do mais, as famigeradas filas para tudo do socialismo real. Enquanto esperam e ruminam a frustração, alguns filosofam acerca da degradação da espera, rebaixada à condição de mero atraso, porém elevada à condição de absurdo ontológico: de um lado, a impaciência ferve ao ponto da passagem ao ato, de outro, a nova disciplina metafísica glosa essa derradeira ironia da condição pós-moderna, e por aí vamos⁵⁶. Outros, no entanto, escapam pelo mercado do *bypass*, coroamento de toda essa engrenagem comercial-existencial. Instituída a disciplina, trata-se de redistribuí-la remodelando a escala das superioridades sociais. Como lembrado, o canto de sereia capitalista dirigido ao outro lado do Muro era a bem-aventurança de um mundo sem filas. Porém, assim que a vitória do capital reunificou o mundo em um mercado só, seguiu-se um colossal amestramento das populações concernidas, em particular assujeitamentos pela espera, entre outras tantas tecnologias de exercício privilegiado do poder. Ora, “que não se sujeitar às filas fosse se transformar em mercadoria, nem mesmo o mais arguto crítico do capitalismo foi capaz de prever”, como observa Luiz Carlos Azenha acerca do mercado americano de compra e

⁵⁶ Para um breve apanhado dessas distinções – espera prosaica numa fila; espera pura, quando, por exemplo, “aquilo que deve acontecer está fora de alcance [*bors de toute attente*]” –, ver Jean-Pierre Boutinet, *Vers une société des agendas*, cit., p. 212-3.

venda de tempo economizado⁵⁷. Numa palavra, dos terminais aeroviários e ferroviários à internet, “faixas exclusivas para quem puder pagar mais. Para os demais, fila”. No entanto, quem compra a fuga da disciplina da espera paga o governo com uma mercadoria valiosa, como assinalado, informações pessoais fornecidas a uma agência encarregada de zelar pela segurança do transporte, por sua vez ligada ao onipresente Departamento de Segurança Interna, na hora de validar o *chip* abre-te-sésamo – escapa-se do castigo da fila ao preço de uma malha de vigilância ainda mais fina⁵⁸.

Filosofando um pouco, digamos que a espera hoje se encontra no coração de uma ontologia muito especial do presente. Por contrariar e frear as novas temporalidades do imediato e da urgência, a espera tornou-se algo que “excede” os indivíduos – qualquer que seja a origem social da pressão que os comprime –, impondo-lhes uma provação justamente excessiva: “Uma espera multiforme e de insólita conformação nos oprime: nada poder fazer num momento, quando se tem tanta coisa para fazer ou, inversamente, não saber o que fazer quando não se tem mais nada a fazer: o absurdo em pessoa, e vivido”⁵⁹. Essa vaga mistura de senso comum e existencialismo requeitado não deve todavia nos confundir. Bem ou mal descrita, o fato é que a orientação espaço-temporal do capitalismo mudou de rumo e ingressou noutra dimensão da experiência da história, ou num novo *regime de historicidade*, como preferem dizer alguns historiadores, que não por acaso se identificam como historiadores do presente, sendo que esse novo regime da experiência social do tempo se caracteriza por essa inédita, se é que se pode falar assim, *onipresença do presente*⁶⁰, que todos estão chamando genericamente de Presentismo, deslizando de todo modo ao longo do eixo da aceleração e da urgência. Contra as quais se

⁵⁷ Luiz Carlos Azenha, “A era do privilégio: pistas exclusivas nas estradas, filas rápidas nas alfândegas, internet supaveloz. Serviço público também virou mercadoria”, *CartaCapital*, n. 496, 21 maio 2008, p. 40.

⁵⁸ Nas páginas em que se analisa a expansão do *bypassing system* nas cidades cabeadas, e dualizadas, no já citado *Splintering Urbanism*, Graham e Marvin relembram a origem militar do método, empregado originalmente em lugares estratégicos submetidos a mecanismos de alta vigilância.

⁵⁹ Traduzindo livremente, Jean-Pierre Boutinet, *Vers une société des agendas*, cit., p. 31-2.

⁶⁰ François Hartog, *Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps* (Paris, Seuil, 2003); François Dosse, *Renaissance de l'événement: un défi pour l'historien: entre sphinx et phénix* (Paris, PUF, 2010, Le Noeud Gordien).

choca frontalmente o contratempo imobilizador da espera, como estamos vendo a todo momento. E não se trata de um resíduo do antigo regime, no caso, a experiência moderna da temporalização da história: a espera também mudou, deixou basicamente de ser um horizonte. Tornou-se, ao contrário, uma disciplina, além do mais inculcada massivamente, como começou notando Jean-François Bayart, ao analisar, como quem não quer nada, não mais do que um *fait divers*, a expansão do poder disciplinador das incontornáveis filas de espera, para então concluir que uma tal *disciplina da espera* seria inerente ao regime de historicidade que caracteriza o momento atual da acumulação mundializada. A onda de choque na esteira da reativação contemporânea do poder punitivo ganhará assim em compreensão ao ser incluída no âmbito desse novo regime. Se o propósito (ou a falta de) é intensificar o sofrimento social disciplinador, nada melhor (ou pior) do que a espera sem horizonte. No imediato pós-guerra, o olho clínico de um Samuel Beckett permitiu-lhe fechar o diagnóstico, ao ver que essa seria a cifra do novo curso do mundo. Mas se tratava de teatro e não de juízo político categórico, nunca é demais lembrar.

9

A certa altura, Bayart se dá conta de que Mohammed Atta também precisou fazer fila para comprar seus *cutters* e subir no avião que se espatifaria numa das torres do World Trade Center. Seria o caso de observar que, enquanto esperava na fila, a impaciência de Mohammed deveria ser bem outra, embora igualmente explosiva, como se veria minutos depois, assim como inteiramente outro o regime temporal sob o qual transcorria sua espera. Não é fácil atinar com a natureza deste último, tampouco medir a distância separando, digamos, o teor de sua experiência da assim chamada Modernidade (que aliás conhecia muito bem como urbanista vivendo na Alemanha, onde se formara) do horizonte de expectativa que nortearia sua espera – tarefa tanto mais complicada e indispensável por recobrir o ponto cego de nosso tempo, que obviamente ninguém quer encarar. Dizer que a ascese jihadista distenderia ao máximo aquela distância até o *acting out* final, além de nada explicar, voltaria a abrir a porteira dos clichês por quilo acerca do déficit de modernização e secularização. T. J. Clark arriscou uma hipótese que nos interessa de perto, ao situar o mal-estar absoluto na civilização contemporânea, que a seu ver acabou se apossando do e conformando

o islamismo radical, na crescente incapacidade dessa mesma civilização de oferecer aos seus filhos “maneiras de viver no presente e aceitar o fluxo contingente do tempo”⁶¹. Noutras palavras, redescrito em negativo, o Presentismo no qual nos instalamos há uma geração e que estamos abordando pelo ângulo punitivo de uma espera cujo horizonte se encontra rebaixado até o grau zero, repassado agora pelo filtro das novas tecnologias digitais de aceleração, reprodução e armazenagem de informações em tempo real:

Nos últimos tempos, construiu-se um extraordinário aparato para permitir às pessoas imaginar, arquivar, digitalizar, objetivar e se apossar do momento. Parece que o aqui e agora não é tolerável (ou, no mínimo, não inteiramente real) a não ser que seja narrado ou mostrado, imediata ou continuamente, para os outros – ou para nós mesmos. O telefone celular, o *digital replay*, a troca instantânea de mensagens por computador, a conexão em tempo real, o *video loop*. Longe de mim dizer que dar forma visual a uma experiência significa não vivê-la. Depende, é claro, de que e para que serve a construção da imagem. Existe, no entanto, uma espécie de visualização, que todo mundo percebe por intuição, que consiste em sua essência de um mecanismo de defesa – um modo de deliberadamente isolar um momento, distanciando-se do *não-vivido*, do *não-significativo*.

(Além de ativista e membro de um coletivo “conselhistas”, sediado na região da Baía de São Francisco, Timothy Clark é historiador e crítico de arte: seria o caso de evocar, a propósito, o uso muito disseminado hoje em dia do vídeo no teatro, rerepresentando em tempo real a imagem do que está sendo “vivido” em cena: contraveneno, desarmou-se um mecanismo de defesa? Ou simplesmente se mimetiza o que todo mundo faz por não saber viver num presente não obstante onipresente?) É esta a mola propulsora absolutamente contemporânea da alucinação que acometeu a franja “vanguardista” do Islã radical: superar essa brecha que impede de viver o presente numa *era de expectativas decrescentes*, aliás declinantes na medida mesma da inflação presentista.

O que Timothy Clark descreveu em escala micro e privada – muito embora envolva tecnologias massivas de reprodução – corresponde exatamente ao que se está chamando de “historicização imediata do presente” enquanto traço definidor de nossa época⁶², e, na sua esteira, de reconhecimento do

⁶¹ T. J. Clark, “O Estado do espetáculo”, em Sônia Salzstein (org.), *Modernismos* (trad. Vera Pereira, São Paulo, Cosac Naify, 2007, Coleção Outros Critérios), p. 321-2.

⁶² François Hartog, *Régimes d'historicité*, cit.; Zaki Laïdi, *Le sacre du présent*, cit., p. 107.

“acontecimento como o horizonte de expectativa do indivíduo hoje”⁶³. Nos dois casos, nos temos com a produção e reprodução de uma nebulosa de acontecimentos de toda ordem. Assim, à constatação corrente de que a economia midiática do presente não cessa de produzir e consumir acontecimentos é preciso acrescentar uma particularidade que faz toda a diferença:

O presente, no próprio momento em que se faz, deseja se ver como já histórico, como algo já passado. Ele se volta de algum modo sobre si mesmo para antecipar o olhar que se dirigirá a ele, quando terá passado completamente, será passado, como se quisesse “prever” o passado, se fazer passado antes mesmo de ter advindo plenamente como presente; mas esse olhar é o seu olhar, o olhar do presente.⁶⁴

O círculo presentista se fechará com suprema ironia, aliás nada involuntária, se observarmos que essa lógica do acontecimento contemporâneo – que se fazendo ver enquanto se produz vai se historicizando na mesma medida em que já traz consigo sua própria comemoração, no geral sob o olho das câmeras – é levada ao seu limite pelo 11 de Setembro⁶⁵. E se de fato o acontecimento é mesmo o horizonte de expectativa do indivíduo hoje, Mohammed Atta, enquanto fazia fila disciplinadamente, não podia esperar menos do que um acontecimento extremo absoluto, nisso finalmente nosso contemporâneo, agora em tempo integral, sem resíduos defasados de outro fuso histórico, transformando em profecia realizada o diagnóstico de Paul Virilio, segundo o qual⁶⁶, no campo de forças e expectativas do capitalismo histórico, aberto em 1789 e semicerrado com a Queda do Muro, sucederam-se Três Grandes Esperas, primeiro o horizonte de expectativa da Revolução, seguido pela espera da Guerra e, finalmente, a do Acidente Absoluto, sem prejuízo de que possam um dia confluír e se indiscernir⁶⁷.

Por mais extravagante – ou plausível – que à primeira vista possa parecer tal periodização, o fato é que na grande sala de espera presentista na qual

⁶³ François Dosse, *Renaissance de l'événement*, cit., p. 243. Grifo meu.

⁶⁴ François Hartog, *Régimes d'historicité*, cit., p. 127.

⁶⁵ *Ibidem*, p. 116.

⁶⁶ Se o compreendi bem, nos termos do estudo “O novo tempo do mundo”, publicado neste volume.

⁶⁷ Paul Virilio, *L'accident originel* (Paris, Galilée, 2005).

se converteu a Idade Contemporânea⁶⁸ presidem dois novos princípios que não dão margem à dúvida quanto à “crise do futuro”, como se diz⁶⁹: o da Responsabilidade⁷⁰ e o da Precaução, duas balizas assinalando que o horizonte contemporâneo do mundo encolheu, e mais, como “os sinais enviados pelo futuro não são nada claros”, a futurologia que ambos alimentam, como o nome indica, não é mais do que uma tecnologia dos sinais de alarme, que de qualquer modo não anunciariam o surpreendente, pois por mais ampla que seja a varredura virtual do futuro, sempre se tratará de um presente apenas dilatado. Por onde se vê que *presentismo e estado permanente de alerta são coextensivos*. E se assim é, “responsabilização”⁷¹ e “precaução” anunciavam a próxima maré alta de contenção que se aproximava. Com efeito: a hipótese comunista, segundo consta, foi arquivada faz tempo, e a Guerra Fria, igualmente desativada, e no entanto as sociedades que se autodenominam pós-históricas continuam a se emparedar conforme vão se multiplicando os novos inimigos, só que agora assombrando por dentro dos muros. A prevenção agora é outra. Quando o horizonte é o próprio presente, regido pela contenção responsabilizadora do que vem pela frente, essa onda do futuro (na contramão) só pode ser punitiva.

É aqui que devemos encaixar o diagnóstico de época de Loïc Wacquant. Ao princípio presentista de precaução, e endurecimento da responsabilização penal, deve forçosamente corresponder um outro paradigma reaglutinador do poder punitivo, bem como um outro estado igualmente ajustado a essa nova “estática da contenção” – parafraseando a caracterização do Direito Penal do Inimigo, segundo Zaffaroni⁷². Assim, ao horizonte liberal do pro-

⁶⁸ Relembro que Günther Anders, em *Le temps de la fin* (Paris, L’Herne, 2007), não falava mais em Idade, porém, definitivamente, em Prazo.

⁶⁹ Pelo menos desde o artigo precursor de Krzysztof Pomian, “La crise de l’avenir”, *Le Débat*, n. 7, dez. 1980.

⁷⁰ Formulado originalmente, como se sabe, por Hans Jonas, mas hoje fraseologia de domínio público.

⁷¹ Como Klaus Günther, por exemplo, reinterpreta, à luz do mesmo princípio enunciado por Hans Jonas, a idade social que atravessamos. Cf. Klaus Günther, “Responsabilização na sociedade civil”, *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n. 63, jul. 2002.

⁷² Eugenio Raúl Zaffaroni, *O inimigo no Direito Penal* (trad. Sérgio Lamarão, Rio de Janeiro, Revan, 2007, Coleção Pensamento Criminológico, v. 14), cap. 5. Não por acaso, na proposta original de seu autor, o penalista alemão Günther Jakobs, a doutrina do direito penal do inimigo contempla igualmente uma clivagem análoga

gressismo burguês, a gestão das expectativas pelo Estado no que concernia às incertezas de uma sociedade recém-orientada para o futuro, respondia o governo guarda-noturno (afinal o espectro comunista rondava pelas vizinhanças) mais a previdência pessoal das classes proprietárias; no Estado Social que emergiu da Grande Depressão do século passado espelhava-se, por sua vez, o consenso dito keynesiano já meramente defensivo, o imperativo, emergencial no fim das contas, do Nunca Mais, no caso, tamanho descontrolo do mundo, seguro social, sim, porém domesticado sob o horizonte cada vez mais raso de um apocalipse nuclear; finalmente, sitiado pela espera do acidente absoluto, o Estado-precaução de agora⁷³, à cuja compreensível virada punitiva fomos apresentados por Wacquant, pois a paranoia securitária decorrente do *continuum* precaução-prevenção-responsabilização precisa empurrar constantemente para as margens, e nelas imobilizar, a turbulência das populações recalcitrantes, por meio das quais, aliás, eventos extremos podem chegar ao mundo, cuja ordem carece por isso mesmo de proteção permanente.

Note-se – mas apenas para anotar e seguir adiante – que este panorama sumário poderia ser igualmente refeito pelo prisma da história capitalista da guerra, a cada horizonte de expectativa, uma forma conjugada de guerra e de Estado: clausewitziana para o primeiro período, em que a política estava no comando; ao longo dos improváveis “anos dourados”, a guerra e a paz à maneira do flagelo *à la* Tolstói foram substituídas pela impossibilidade estratégica encarnada pela ameaça assegurada da destruição mútua, uma “guerra imaginária”, portanto⁷⁴, voltada sobretudo para o controle das respectivas populações mobilizadas para a produção em massa; finalmente, onde chegamos, guerra preventiva, e por isso permanente, já que o estado de alerta securitário não tolera descontinuidade. Do mesmo modo, outra sequência análoga de expectativas poderia ser reconhecida na evolução

ao Estado bifurcado de Wacquant: ao lado de um direito penal operando como puro impedimento físico, de preferência preventivo, continua em vigor o direito penal dito do *cidadão* (estabelecido que o inimigo imobilizado e neutralizado pertence a todas as categorizações *infra*), com a pena cumprindo ainda sua função de reafirmação da vigência da norma.

⁷³ A expressão é de François Ewald, mas o espírito obviamente é outro. Cf. François Hartog, *Régimes d'historicité*, cit., p. 214.

⁷⁴ Como a batizou Mary Kaldor, *The Imaginary War: Understanding the East-West Conflict* (Oxford, Blackwell, 1990).

da forma-prisão: primeiro, a emergência do arquipélago carceral e seu envoltório iluminista de reforma moral pela disciplina; ao seu modo uma temporalidade ascendente que, antes de começar a declinar, conheceu um período de congelamento na reconstrução do pós-guerra, quando o sistema penitenciário da idade clássica pareceu querer refluir, para em seguida assistir ao recomeço do grande encarceramento de hoje. A curva é descendente e, como se disse, de expectativas decrescentes: e à medida que elas encurtam, o poder punitivo recrudesce. Descendo até o subsolo da civilização material, uma análoga periodização das idas e vindas da centralidade do trabalho – e das grandes esperas que alimentou – poderia recontar a mesma história dessas sucessivas subjetivações. A rigor, escorados na ideia-perspectiva de horizonte, não estamos falando de outra coisa senão desta matriz originária.

10

Fast track para as “elites cinéticas”, filas de espera para o comum dos mortais? Na verdade, mais mortais do que comuns, pois nesta escala ainda não descemos até o fundo do poço. Mas lá embaixo a disciplina se transmuda em outra coisa: o vazio jurídico que envolve o “campo” em que a fila dos desesperados se desmanchou – a *zona de espera* propriamente dita. A mais temida delas – e por isso mesmo uma referência até para as autoridades americanas – se encontra no aeroporto Roissy Charles de Gaulle e atende pelo nome de ZAPI: *zone d’attente pour personnes en instance*. O emprego da última palavra diz tudo acerca da real natureza desses verdadeiros *centros de retenção*. O verniz jurídico-administrativo de que se reveste a expressão em si mesma arrevesada “em instância” sugere de saída o caráter suspensivo característico do estado de espera que se abate sobre os indivíduos sugados por aquela verdadeira área de sequestro, da qual ninguém sabe nada, sequer onde fica. Subtraídos da visão pública, estagnados no tempo lento, privados antes de tudo de direitos, que não por acaso se encontram justamente “em instância”, sabe-se lá aos cuidados de que órgão processador de papéis, que tais pessoas-em-instância geralmente não possuem, e quando é o caso, são sempre duvidosos. Recém-desembarcados, antes mesmo de enfrentar os controles de praxe, esses indivíduos, prontamente assinalados por detalhes que um olho de longa memória colonial identifica de imediato, são desviados da fila, digamos, *mainstream* para as veredas da *underclass*, onde a espera transcorrerá in-

definidamente “na incerteza, na sujeira e no mau cheiro”⁷⁵. Breve relato de uma incursão nesses *huis-clos* de Roissy: num, o estado de espera “em instância” já se estendia por inacreditáveis duas semanas; noutra, uma dúzia de pessoas pacientavam há seis dias, pregadas em banquetas diante de um posto policial; na melhor das hipóteses eram alimentadas pelo pessoal do serviço de limpeza, quando a coisa apertava recorria-se às lixeiras de uma lanchonete próxima; quanto aos funcionários, a resposta-padrão invariavelmente dizia que era preciso esperar⁷⁶. Numa palavra, no caso, do autor da matéria, *personas que esperam simplemente não existem*. Essas em particular, de cujo futuro trabalho (previamente treinado para a flexibilização total, como se está vendo), intermitente ou francamente clandestino, depende toda a infraestrutura da mundialização. Uma tal espera portanto não é extrínseca, por assim dizer, resumo da condição do estrangeiro que nunca acaba de chegar, pelo contrário, nada mais intrínseco a esse avesso punitivo da globalização do que essa *mise en attente* coercitiva. Embora culmine com frequência numa expulsão, enquanto dura a espera, distendida ou abreviada por mero arbítrio administrativo, ela de fato promove uma inclusão perversa, como se diz desastrosamente na língua franca dos programas sociais. Compreende-se que transcorra num espaço a meio caminho entre a prisão e o campo – este último, num extremo histórico, de concentração, no outro, de refugiado, em que termos logo se indicará.

Uma pessoa “em instância” espera num limbo jurídico. Como bate à porta pedindo passagem, e justamente à porta da lei, encontra-se com efeito fora da lei. A rigor, a zona de espera funciona à margem do direito. Exatamente como a prisão segundo Wacquant: “A prisão, que supostamente deveria fazer respeitar a lei, é de fato, por sua própria organização, uma instituição fora da lei” – pensando na arbitrariedade administrativa, na indiferença geral, no despotismo burocrático que vigora nas instituições penitenciárias, “no ‘tribunal-interno’ da prisão, onde a administração joga com vidas humanas sem controle nem recurso, tendo como única preocupação a administração da ordem interna”⁷⁷. Quanto ao campo – nossa outra demasia comparativa, embora exata, o excesso sendo a regra em toda

⁷⁵ Jean-François Bayart, *Le gouvernement du monde*, cit., p. 412.

⁷⁶ Matéria do jornal *Libération*, citada por ibidem, p. 411.

⁷⁷ Loïc Wacquant, “A prisão é uma instituição fora da lei”, em *Punir os pobres*, 1. ed., cit., p. 142.

essa configuração contemporânea, a começar pelo retorno do punitivismo, bem entendido –, a superposição entre o campo e a zona de espera se deve a Giorgio Agamben, cujo foco, entretanto, sintomaticamente passa longe da “espera”, tamanha a incongruência entre a concentração do campo e algo como um horizonte de expectativa, pois nele o tempo em suspensão está de fato morto. E no entanto não deveria ser assim, pois foi nada mais, nada menos do que a memória daquele horror – ou sua antevisão igualmente apavorante – que precipitou o pressentimento de que talvez o mundo e seu horizonte de espera tenham mesmo se eclipsado para valer, como atestam duas evidências artísticas, de cuja força de convencimento é muito difícil escapar sem esvaziar de vez a cabeça.

Refiro-me, por certo, ao fato de que a notória antipatia de Kafka pelo tempo fluente – inseparável, por sua vez, esse tempo paralisado pelo pânico, de uma alucinante automatização da punição, em detrimento da “culpa”, que invariavelmente a segue, e não o contrário, conforme uma das tantas inversões operadas pelas fábulas realistas kafkianas – alcança sua visibilidade mais desconcertante na situação recorrente de um interminável “esperar-na-antessala” em que aprisiona seus personagens, aliás justamente pelo lado de fora. Tudo isso assinalado no estudo notável de Günther Anders⁷⁸. Não vou obviamente enveredar por uma enésima interpretação da parábola “Diante da Lei”. Muito menos seria o caso de dizer sem mais que os barrados nessas zonas de anomia selvagem se encontram mofando Diante da Lei. A menos que a Lei de Kafka seja diretamente interpretada como emanção do poder arcaico de funcionários obscuros. O que tampouco seria o caso, embora as pessoas que ali se encontram, em bom francês, *en souffrance*, procurem por todos os meios se ajustar, como o agrimensur, para enfim ser admitidas no Castelo, não por acaso chamado hoje em dia de Fortaleza Europa. De qualquer modo é plausível lembrar – e deixar a imaginação histórica correr por conta – que o Guardião, ao impedir a entrada do homem do campo, limita-se a deixá-lo do lado de fora, mandando-o por assim dizer aguardar na fila – à pergunta se então poderá entrar mais tarde, o porteiro responde que é possível, mas não agora. Só que uma fila propriamente mítica, já que de um só, a própria exceção de uma lei talhada para um único indivíduo, impondo-lhe uma espera de vida inteira, imobilidade que no entanto não

⁷⁸ *Kafka: pró e contra* (trad. Modesto Carone, São Paulo, Perspectiva, 1969; Cosac Naify, 2007).

ousou quebrar, como ficará sabendo na hora da morte. Todavia expulso o demônio da analogia por uma porta, ele volta pela outra. Note-se, por exemplo, o inusitado ar de família kafkiano deste trecho de prosa:

O sistema de petição é uma herança da China dinástica e existe há pelo menos mil anos. Os que conseguiram vencer as distâncias e chegar à capital tinham o privilégio de expor seus casos ao Imperador, que instruía os representantes locais sobre como proceder para resolver o problema.

Para quem se lembra das histórias de Kafka em torno da fabulosa construção da Muralha da China, sabe que “vencer distâncias” tão incomensuráveis quanto o tempo consumido em percorrê-las, sobretudo quando se era portador de uma mensagem do Imperador, não é bem o caso. A China contemporânea se encarregará de provar que o caminho inverso da petição, sim, é um pesadelo kafkiano tomado ao pé da letra – outra especialidade de Kafka, tomar tudo ao pé da letra. O trecho de prosa em questão é jornalístico, extraído de uma matéria da correspondente do *Estado de S. Paulo* em Pequim, Cláudia Trevisan⁷⁹. A sequência fala por si só:

Todos os dias, a partir das 7h40, centenas de pessoas fazem fila para apresentar petições ao Departamento de Cartas e Visitas [sic] de Pequim, na esperança de que o Governo intervenha para sanar as injustiças de que se julgam vítimas em suas cidades e vilas de origem. Suas histórias são quase sempre trágicas e envolvem abuso de poder, violência, tortura, perdas de casas, terras, salários, saúde ou liberdade. Muitos viajam milhares de quilômetros até a capital, onde se instalam à espera de uma decisão, que quase nunca é proferida. Alguns aguardam há mais de uma década e, a cada três meses, reapresentam seus pedidos no mesmo escritório, que fica no Portão da Eterna Estabilidade [sic], cinco quilômetros ao sul da Cidade Proibida.

Milhões de chineses Diante da Lei. Um Guardiã só. É verdade que as disciplinas da espera evoluíram, acompanhando a virada punitiva do capitalismo global:

Enganados com promessas de recompensa financeira ou solução de seus problemas, alguns são despachados imediatamente. Outros ficam confinados em prisões ilegais, nas quais passam semanas ou meses em condições sub-humanas. Existem ainda os que terminam em hospitais psiquiátricos, de onde nem sempre são resgatados.

⁷⁹ “Na China, petição vira última esperança”, *O Estado de S. Paulo*, 24 abr. 2011, p. A14.

Consumada a visão profética de Kafka, na esteira imediata da hecatombe que se sabe, por isso mesmo jamais convocada, jamais em cena por assim dizer de corpo presente, Beckett, por sua vez, se concentrará na figura sem ênfase de dois pobres-diabos, entre *clochard* e *clown*, que simplesmente *esperam*, e mais nada. Só que esse suplemento de imobilização total é ele mesmo cifra de uma inversão tal que muda o sentido dessa nova espera depois que o inenarrável afinal sobreveio como um acidente histórico absoluto, espalhando à sua volta estilhaços de acontecimentos e cacos de conversas sem eira nem beira. Pois ao contrário do *pathos* declamatório que anima o gesto dos desesperados clássicos, Vladimir e Estragon não saem de cena, não vão embora porque não esperam mais nada, mas ficam, tanto faz se por teimosia, preguiça ou apatia, já que vão ficando sem sair do lugar: então esperam. Mais uma vez estou me apoiando noutro artigo implacável de Günther Anders⁸⁰. Trata-se obviamente de uma interpretação do *Godot* em chave deliberadamente antiteológico-metafísica, como aliás no caso do ensaio sobre Kafka, a começar pelo título paródico “Ser sem Tempo”. Pois nessa imensa zona de espera em que o mundo, depois do Campo e da Bomba, se converteu, Vladimir e Estragon não cessam de parodiar uma “atividade” que nos acostumamos a chamar de “trabalho” e que nesse meio tempo (qual exatamente?) perdeu seu sentido. Mas fiquemos por aqui. Salvo por uma menção mais do que significativa: no parágrafo de abertura de um pequeno estudo didático sobre a peça de Beckett, Bernard Lalande afirma que, até onde sabe, apenas um, e um só público, deixou-se “levar” unânime e espontaneamente por uma representação de *Esperando Godot* sem nenhuma explicação prévia: os quatrocentos condenados da penitenciária de San Quentin (Califórnia), numa noite de novembro de 1957⁸¹. A circunstância fala por si mesma. A data também diz alguma coisa por si mesma. Apenas quatro anos depois da estreia mundial da peça, a visão do antiespetáculo dos dois pobres-diabos imobilizados no tempo morto de uma espera indefinida ainda podia comover até a medula um público barra-pesada que havia comparecido tão somente na “expectativa”

⁸⁰ Publicado em 1954 numa revista suíça e depois recolhido no livro de 1956, *L'obsolescence de l'homme* (Paris, Ivrea, 2001), p. 243-60 (no original, *Die antiquiertheit des Menschen*).

⁸¹ Bernard Lalande, *En attendant Godot: Beckett* (Paris, Hatier, 1970, Profil d'Une Œuvre, v. 16).

(*ansioso*, como todo público que se apresenta à entrada de um teatro) de mexer com as atrizes, que certamente estariam à disposição para o que desse e viesse, e que, no entanto, emudeceu desde as primeiras réplicas, sem arredar pé até o fim. Não basta observar que, desde Homero, o estado de um ser humano que espera arrasta consigo seus semelhantes. Hoje é preciso saber quando essa gravitação conjunta começou a deixar de ser o caso e *banalizou-se* a ponto de toda espera virar um contratempo irritante, por contrariar uma demanda urgente, como se viu. O argumento sugerido até aqui gira em torno desse momentoso encolhimento do horizonte do mundo – não custa repetir e insistir de novo que esta é a data histórica da virada punitiva assinalada por Wacquant. Além de fugir na primeira ocasião, nunca saberemos ao certo o que esperavam os prisioneiros de San Quentin enquanto acompanhavam a Grande Espera de Vladimir e Estragon. Seja como for, o fato é que poucos anos depois, no início dos anos 1960, a população prisional americana começou a diminuir regularmente a uma taxa de 1% ao ano, a ponto de alguns “penalogistas” passarem a levar em consideração a hipótese arriscada de um eventual desencarceramento a caminho – como recorda Wacquant⁸². O motim de Attica em 1973, quando 43 prisioneiros e reféns foram massacrados no assalto da tropa de choque, explodiu justamente – continua nosso autor – no ano em que a população carcerária nos Estados Unidos atingiu seu nível mais baixo no pós-guerra. Naquele mesmo ano, uma comissão recomendou ao presidente Nixon o fechamento dos centros para jovens detentos e a paralisação da construção de penitenciárias durante uma década – enquanto, por seu turno, “a historiografia revisionista da questão penal anunciava o declínio irreversível da prisão: depois de ter ocupado um lugar central no dispositivo disciplinar do capitalismo industrial, estava destinada a desempenhar um papel menor nas sociedades avançadas”, diagnóstico canonizado pela obra-prima de Foucault dois anos depois. Nesta dimensão bem específica, seria o caso de dizer que promessas e perspectivas como essas elevavam o horizonte de uma outra espera – de San Quentin a Attica. O resto conhecemos bem: na mesma década subsequente, de estagnação e recuo da criminalidade, operou-se a reviravolta espantosa da demografia carcerária estadunidense, que dobrou em dez anos e quadruplicou em vinte. Quando a Guerra Fria terminou, pareceu a mais de um observador

⁸² Loïc Wacquant, *Punir os pobres*, 3. ed., cit., p. 206.

que o *gulag* havia mudado de lado. Não, é claro, que os escombros pós-stalinistas acumulados não subissem aos céus⁸³.

Mesmo depois do arquipélago de campos da morte, as tábuas do palco continuam representando o mundo, como nos tempos de Schiller, só que o mundo agora é uma imensa zona de espera, ou melhor, um dispositivo de governo tal que em seu domínio zonas de espera proliferam na forma de “campos”. Por isso surpreende que Agamben, depois de identificar no campo a matriz oculta da política onde ainda vivemos – desde o momento da virada histórica em que, a uma ordem jurídica sem localização, o estado de exceção, em que a lei é suspensa, corresponde, desde então, uma localização sem ordem, o campo, como espaço permanente de exceção, e que devemos reconhecer através de todas as suas metamorfoses contemporâneas, justamente, mas não só, as zonas de espera, de nossos aeroportos a certas periferias de nossas cidades⁸⁴ –, tenha deixado escapar o detalhe capital de que em tais zonas é a disciplina da espera que funciona como alavanca de todo o aparato suspensivo daqueles territórios da exceção. Aliás, na sua própria redescrção,

um lugar aparentemente anódino delimita, na realidade, um espaço onde a ordem jurídica normal se encontra de fato suspensa e onde perpetrar ou não atrocidades não depende do direito mas tão somente do grau de civilidade e do senso moral da polícia que age provisoriamente como poder soberano.

Sobreviver ali é antes de tudo *aprender a esperar*, mas não esperar sem mais, porém numa zona de não-direito onde cresce o poder punitivo, cuja microfísica, como estamos vendo, irradia por toda a parte onde flutuam essas populações transitando por fronteiras críticas, terras de ninguém onde a vida se arrasta no meio viscoso de uma perspectiva por assim dizer sem horizonte.

Estudando a nova ordem espacial – formas de vida protegidas e conectadas, encapsuladas em arquipélagos defensivos, precisamente contra os desconectados e indefesos –, o arquiteto e urbanista italiano Alessandro Petti⁸⁵ chega a registrar mais de 250 centros europeus de retenção e triagem de imigrantes, enclaves no interior do arquipélago Europa, verdadeiros

⁸³ A expressão “escombros acumulados” circula num jovem círculo radical do Rio de Janeiro. Entre destroços do Presente, acrescentaria Manuel Bandeira, maiúscula a menos.

⁸⁴ Giorgio Agamben, *Homo sacer: le pouvoir souverain et la vie nue* (Paris, Seuil, 1997), p. 188-9.

⁸⁵ Alessandro Petti, *Arcipelaghi e enclave: architettura dell'ordinamento spaziale contemporaneo* (Milão, Bruno Mondadori, 2007), p. 164-70.

territórios de exceção que não por acaso denomina precisamente “espaço de suspensão”, lugares confinados e situados fora do ordenamento espacial e jurídico, ao qual, de qualquer modo, pertencem. Na sua reconstituição, a doutrina instituidora dessas zonas suspensivas – obviamente por motivo de urgência e emergência – foi introduzida pela Dinamarca (a mesma Dinamarca que, em 2011, inaugurou a primeira quebra do Acordo de Schengen sobre a livre circulação de pessoas no interior da União Europeia), em meados dos anos 1980, recomendando que se transferissem os requerentes de asilo para “portos seguros”, mais tarde rebatizados de *protection zone*. Pelo fim dos anos 1990, a Itália, por sua vez, diretamente afetada pela imigração mediterrânea – sem falar no colapso da Albânia e em acordos prévios de contingenciamentos e confinamentos com o governo líbio... –, criou, em caráter de urgência, o seu próprio espaço suspensivo, denominado Centro de Permanência Temporária e Assistência (CPTA). Pertencem à mesma família as ilhas gregas transformadas em campos de prisioneiros, as zonas-tampão nas fronteiras europeias de Malta, Lampedusa etc. Digamos que o *approach* francês se destacaria por sublinhar o termo exato para a fusão escarninha entre o permanente e o temporário, como se expressa no eufemismo italiano, para não falar no fato de que a palavra *attente* também não deixa de abusar de um afeto fundamental da espécie. Registrado, aliás, em termos espaciais correspondentes pelo olho do arquiteto: hoje já não se domina mais pelo ancestral *divide et impera*; a nova estratégia, segundo nosso autor, é ditada por um outro princípio, “encastelar-se e suspender”, observando porém que onde reinam a separação e o isolamento – tanto para os fechados por fora quanto para os encerrados por dentro – “o horizonte desaparece e a visão perde o foco”.

11

Chegados a esse ponto, a passagem por Guantánamo é obrigatória. Sobre o Camp Delta tudo e mais alguma coisa já foi dito. Duas palavras bastam sobre aquele pesadelo a rigor sem parâmetros históricos, ou melhor, somatório de todas as anomalias normalizadas ao longo de um período em que o paradigma da urgência converteu-se num sistema de governo das populações. Em primeiro lugar, que se trata também de uma zona de espera, uma espera tão indefinida quanto o real estatuto daqueles *detainees* submetidos a uma soberania *offshore* igualmente indeterminada. Todavia, vale para os engo-

lidos por aquele buraco negro jurídico o mesmo privilégio de encarnarem o mal absoluto que Wacquant identificou na população carcerária colhida pelo arrastão punitivo de hoje: pária entre os párias, como já foi dito, uma categoria sacrificial que pode ser vilipendiada e humilhada impunemente. E desde a declaração da Guerra ao Terror (tão imaginária quanto era a Guerra Fria), também torturada, aliás oficialmente, como se sabe. Podemos então concluir – segunda observação – que a disciplina da espera alcançou assim sua dimensão corporal originária, própria de todas as disciplinas, pois a danação do tempo estagnado precisa ser de preferência extorquida através da privação das sensações elementares que balizam a experiência temporal (tato, audição etc.): afinal, mais do que tudo, queremos igualmente que eles sofram, sendo a Guerra ao Terror uma operação exemplar do poder punitivo, por isso mesmo sem o menor valor militar estratégico. Por último, um lapso de humor negro que Jean-François Bayart deixou escapar, observando que os detentos do Camp Delta também são punidos com uma fila de espera para os interrogatórios, porém poupados de uma outra fila, no Downtown do campo, a do único McDonald's de Cuba.

As zonas de espera que multiplicam tempo morto pelo mundo, imobilizando toda sorte de pessoas (a rigor, ex-pessoas) “em instância” pelos espaços liminares do planeta, são assim verdadeiros *paraísos punitivos*, como denomina Bayart certas “zonas francas da educação” disseminadas por algumas ilhas do Caribe, referindo-se à deslocalização para essa região de instituições socioeducativas especializadas em programas de “modificação comportamental” de jovens americanos. Não é preciso muita imaginação para adivinhar o que se passa nessas escolas onde certamente se ensina a esperar. Do mesmo modo, a associação similar francesa Vagabondage organizava “estágios de ruptura” na Zâmbia. Vai pelo mesmo caminho a escalada das novas disciplinas industriais nas zonas francas que povoam essas beiradas do mundo, por isso mesmo cada vez mais enterradas em seu próprio espaço interno, na medida em que, conforme se alastra a atual maré punitiva, mais se rebaixa o nível a partir do qual se torna natural e aceitável punir, como anunciara Foucault. E recorda agora Martin Mongin, observando o funcionamento dos serviços de segurança nesses espaços ambivalentes – espaços abertos ao público porém geridos por empresas, privadas ou estatais –, onde aos poucos seus agentes acabam atuando no duplo registro da Lei e da Regra, de sorte que “indesejáveis” barrados ou expulsos em virtude da aplicação de um regulamento administrativo são a rigor tratados como se fossem transgressores da lei, de

tal forma a autoridade informal anestesiou a percepção pública de tanto “transformar o menor lapso em infração, o menor sobressalto, o menor evento, em um ato de delinquência”⁸⁶. Não é difícil notar que uma zona especial onde se aplica, entre outras disciplinas extralegais, a disciplina da espera é um espaço funcional como esses, açambarcados pela ambígua onipresença de vigilantes. E, como advertiu Foucault – prossegue o argumento acerca dessa contaminação específica do campo social pela lógica punitiva do mundo carceral –, esse amálgama entre o regime da lei e o regime da regra – outro modo de prenunciar a Exceção a caminho –, a crescente legitimidade pelo poder punitivo⁸⁷, tende a apagar o que pode haver de exorbitante no poder de punir e, no limite, fazer sofrer exemplarmente.

12

É o que se passa nos territórios da Cisjordânia ocupada, para irmos direto ao mais hiperbólico paraíso punitivo contemporâneo, embora velho de quase meio século, ou mais, dependendo da periodização das sucessivas ondas punitivas que congelaram o tempo naquela descomunal zona de espera. A bem dizer, o povo da Palestina só chegou a constituir-se como povo-nação graças a um conflito que ao longo do tempo converteu-o numa *comunidade de expectativa*. Que o outro lado se empenha metodicamente em frustrar, muito embora seja igualmente comandado por uma mesma lógica, cujo horizonte, no entanto, é de um projeto verdadeiramente apocalíptico, no juízo surpreendente de Benny Morris⁸⁸. Mas essa Grande Espera – que atravessou mais de uma idade histórica, da Era dos Impérios à Guerra Fria, na qual há quem reconheça o último Horizonte de Expectativa de nosso tempo⁸⁹ – é o pano de fundo por trás da degradação, do qual devemos

⁸⁶ Martin Mongin, “Quem nos protegerá de quem nos protegerá?”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 6, 15 out. 2009, p. 35.

⁸⁷ Com o perdão da redundância, pois há sempre uma usurpação na origem do poder punitivo. Sobre a sua natureza confiscatória, ver Eugenio Raúl Zaffaroni, *O inimigo no Direito Penal*, cit., p. 30.

⁸⁸ Benny Morris, “On Ethnic Cleansing” (entrevista a Ari Shavit), *New Left Review*, Londres, n. 26, mar.-abr. 2006, p. 50.

⁸⁹ Na opinião nem tão desconcertante assim de Zaki Laïdi, embora, até onde sei, ele seja o único a expressá-la nas categorias consagradas por Koselleck. Cf. Zaki Laïdi, *Un monde privé de sens* (Paris, Hachette/Fayard, 2001/1994), caps. I-II. Procuero

recortar os incontáveis fios de uma outra malha, tecida pelo tormento das pequenas esperas intermináveis num labirinto de filas e controles. Refiro-me à danação em vida que são os *checkpoints* estrategicamente distribuídos pelos territórios ocupados. Numa escala inimaginável de requinte punitivo – em que se faz sofrer para humilhar, e vice-versa –, trata-se de uma inacreditável espacialização de todas as variações possíveis da disciplina da espera, uma quota de tempo morto extraída como um *surplus* de expropriação do tempo de vida de cada um dos “nativos”.

Nos territórios ocupados da Palestina, o *checkpoint* tornou-se um verdadeiro sistema de governo das populações de fato cativas – durante os três primeiros anos da Intifada, 85% do povo da Margem Ocidental simplesmente não conseguia sair de suas aldeias em razão do emaranhado de toques de recolher e barreiras de toda sorte. Nas palavras do escritor e ativista Azmi Bishara, “o *checkpoint* confisca tudo o que um homem possui de mais valioso, todos os seus esforços, todo o seu tempo [...] o *checkpoint* é o caos e a ordem, está dentro e fora da lei, opera racionalmente e arbitrariamente, através da ordem e da desordem”, até a completa exaustão moral e psíquica dos condenados a transitar por esse labirinto em que a principal arma para entranhar nos derrotados o sentimento da própria humilhação é a espera, e uma espera que não poupa doentes, idosos ou crianças, que pode ser indefinidamente alongada ou subitamente abreviada, segundo comandos cujos critérios precisam permanecer insondáveis – em suma, também aqui queremos que eles sofram, quando mais não seja pelo medo com que nos obrigam a viver⁹⁰. Uma outra amostragem exemplar dessa fusão entre Estado (ocupante) do *Checkpoint* e Zona (ocupada) de Espera, em que o mais corriqueiro deslocamento é sinônimo de espera e imobilização sob um sol infernal, estando o ar-condicionado acintosamente reservado aos estrangeiros, oficiais ou de passagem, encontra-se no já citado livro do arquiteto Alessandro Petti, narrando sua travessia com mulher e filha palestinas naquele pesadelo de ratoeiras interligadas no mesmo propósito de infernizar a vida das pessoas que não poucas vezes se dão conta de estarem andando em círculo. A um certo momento, o autor, sem embargo de sua condição de

aclimatar esses juízos acerca da Guerra Fria no estudo “O novo tempo do mundo”, publicado neste volume.

⁹⁰ Eyal Weizman, *Hollow Land: Israel's Architecture of Occupation* (Londres, Verso, 2007), p. 147-8.

européu, depois de bloqueado pela enésima vez, confessa ignorar o motivo e muito menos saber exatamente do que está à espera. Uma viagem cujas preocupações óbvias são multiplicadas por uma incerteza estrategicamente planejada: não saber quais são as regras e quem as dita, conclui, é de fato uma forma de governo, cujo conteúdo é precisamente esse vazio que é o tempo de espera. Por outro lado, quando se demora quatro horas para ultrapassar uma faixa de poucos metros, não se pode deixar de pensar que, para além do controle e da segurança, nos defrontamos com o suplemento indispensável, o inconfundível desenho de uma arquitetura punitiva⁹¹. A Ocupação como peça didática, em cena desde 1967 e cujo refrão é menos o *acordo* extorquido do que a paródia sinistra de uma outra lição: *o importante é aprender a esperar*. Não perdem por esperar, com efeito: possivelmente também era isso o que um especialista no problema dos refugiados palestinos como Benny Morris queria dizer. Problema? Talvez não seja a palavra mais apropriada. Diante da Questão Palestina, não falta quem tenha se dado conta de que o prazo de validade do teorema marxista – a humanidade só se defronta com os problemas que pode resolver – esteja vencido.

13

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, o número de vítimas de deslocamentos forçados beira hoje os 45 milhões, o maior nos últimos quinze anos, alastrando ainda mais uma “crise que se arrasta sem perspectiva de saída próxima”⁹². Imobilizadas na sua grande maioria nos campos da desgraça humanitária, onde realmente se aprende a esperar – e se aprende obviamente sofrendo no vácuo jurídico dessas outras zonas de espera em que a situação de exílio pode se prolongar às vezes por vinte anos. Mas, antes de chegar à estagnação dos campos, a danação da espera acompanha o condenado desde os primeiros passos da imigração, de um modo ou de outro, sempre forçada e, no limite, canalizadora de todas as demais disciplinas constitutivas de mais esta situação liminar em que *flutuam*⁹³

⁹¹ Alessandro Petti, *Arcipelaghi e enclave*, cit., p. 1-13.

⁹² Alexander Betts, especialista na questão dos refugiados, “Viagem sem fim” (entrevista a Carolina Rossetti), *O Estado de S. Paulo*, 26 jun. 2011.

⁹³ A expressão “populações flutuantes” remonta ao repertório da administração colonial francesa, como relembra Jean-François Bayart, *Le gouvernement du monde*, cit., p. 410,

as populações aprisionadas pelo regime punitivo da *station*⁹⁴. (A expressão francesa empregada por Bayart é mais certeira ao procurar seu alvo, alguém de pé, aguentando até desabar, e o seu conceito, a cuja temporalidade disciplinar estaria sendo submetido, pois não é mais alguém de castigo no canto da sala. Encapuzado e o equilíbrio por um fio, elétrico, já vimos a foto – uma outra extensão do mesmo *continuum* punitivo.) Da aflição mais comezinha de alguém literalmente estacionado diante de um guichê que não abre nunca, ou aleatoriamente, segundo o bel-prazer de um remoto encarregado, até o estado de prontidão permanente à espera de um “passador” ou “coiote”, um barco, um emprego, documentos, uma expulsão ou até mesmo um retorno. Com a palavra, um veterano clandestino do Mediterrâneo, o tunisiano Fawzi Mellah:

Não tínhamos outro jeito senão esperar. Esperar. Um clandestino passa mais da metade de seu tempo (da sua vida?) esperando. A resposta de um passageiro. A chegada num porto improvisado ou desconhecido. A boa vontade de um contato. O encontro de um amigo. A boa vontade de um empregador *au noir*. Uma anistia. Uma eleição presidencial. A chegada de uma esquerda qualquer no poder. A remoção dessa mesma esquerda do poder. Uma manifestação de intelectuais. Uma ocupação de uma igreja. A

quando então se governava por decretos administrativos. Como se há de recordar, segundo Hannah Arendt, esse é um dos laboratórios do cataclismo que se abaterá sobre a Europa de entreguerras, pavimentando o caminho para o horror, a saber, a inclusão também dos bons europeus – este o escândalo, o mais não vem ao caso –, que já “flutuavam”, desde o fim da Primeira Guerra e o desmembramento dos impérios continentais, naquela parte da humanidade que seria em breve considerada supérflua e nessa condição pura e simplesmente aniquilada. “Flutuar” voltou a ser prenúncio de naufrágio próximo, não só literalmente na travessia do Mediterrâneo, mas sobretudo de encalhe nos campos europeus de retenção, onde apodrecem as primeiras ondas de imigração empurradas pela Primavera Árabe dos primeiros meses de 2011, por exemplo na terra de ninguém entre a Itália e a França. Assim, o enviado de *O Estado de S. Paulo* à Ventimiglia encontrou muitos jovens que foram às ruas derrubar o regime de Ben Ali na Tunísia e descobrem que na Europa não são nada, além de indesejados e sem direitos, punidos duas vezes por não terem trabalho. Cf. Jamil Chade, “Imigrantes enfrentam fim do sonho europeu”, *O Estado de S. Paulo*, 1º maio 2011, p. A18. Vivendo ao deus-dará, depois de arrancados à força dos trens por policiais armados, submergem por fim no terrível aprendizado da espera num limiar: dormindo há 43 dias na estação, um desses desmobilizados da revolta árabe disse ao repórter que estava contando o tempo de espera, para no futuro ser indenizado. Seja como for, um passo à frente se comparado ao camponês kafkiano envelhecendo diante da Lei sem ao menos contar os anos parados.

⁹⁴ Jean-François Bayart, *Le gouvernement du monde*, cit., p. 418.

expulsão... Em suma, dizia há pouco que não se pode falar de futuro com pessoas que vivem uma temporalidade feita de pequenos futuros imediatos; preciso acrescentar agora que muito menos se trata de futuro para pessoas que empregam o essencial do seu tempo esperando que alguma coisa ocorra.⁹⁵

Ou ainda, agora alguém *estacionado* no Marrocos: “Em Tânger, vivemos com o celular na mão à espera do anúncio de que um depósito bancário foi feito, permitindo a travessia”. A mesma coerção – que expropria, explora ou desemprega e por fim expulsa – conjuga imigração e espera clandestina, tornadas consubstanciais pela ação de um poder a um tempo gerencial e punitivo, que se manifestará em sua plenitude nessas zonas liminares de imobilização e espera que estamos percorrendo, do cárcere ao campo humanitário, passando pelo filtro da imigração forçada⁹⁶.

⁹⁵ Ibidem, p. 413.

⁹⁶ Devemos deixar para outra ocasião o estudo da condição liminar das grandes periferias urbanas do mundo, e seu encadeamento, no coração do argumento de Wacquant, ao longo do *continuum* prisão-gueto. É que a disciplina da espera num cárcere a céu aberto, como costumam ser descritas aquelas áreas de contenção permanente, particularmente em países, digamos, intermediários, cujo novo “regime de historicidade” ainda não se configurou por extenso, não pode deixar de ser modulada por uma outra temporalidade disciplinar, mais abrangente, no caso, que se poderia denominar propriamente “nacional”. As aspas para sugerir que as nações, sobretudo se têm a mesma idade do capitalismo moderno – como é, por exemplo, o nosso caso, o que restou na praia no refluxo de uma expansão econômica ultramarina inédita –, são as primeiras sociedades orientadas para o futuro, além do mais aquecido por um antagonismo social, por assim dizer, de raiz, colonial, no caso. Afinando o esquema famoso de Benedict Anderson, ganham ao ser redefinidas como *comunidades imaginadas de expectativas* – como evocado páginas atrás. Por esse prisma, desbanaliza-se o estereótipo do país do futuro, além de se deixar aparecer o teor distópico da percepção de que o futuro finalmente chegou por entre os destroços do presente. Também se destrivualiza a percepção bipolar de que o horizonte (nacional? de classe? no centro? na periferia?) ora se encolhe, ora se dilata. Expectativas são frustradas diferencialmente, bem como as explosões de impaciência. Para não falar das sucessivas ondas punitivas em países em que governar sempre foi antes de tudo mandar prender. Não dá para dizer que nos guetos-cárcees periféricos a disciplina da espera se ensina e se aprende do mesmo jeito. E por aí iremos decerto até nos depararmos, por exemplo, com as medidas socioeducativas em meio aberto destinadas precisamente a imobilizar grupos sociais inteiros ditos de risco ou em situação de vulnerabilidade, como no caso do projeto Promeninino, da Fundação Telefônica, analisado por Acácio Augusto, “Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto”, em Pedro Vieira e Vera Malaguti Batista (orgs.), *Depois do grande encarceramento*, cit., p. 178-9. Em todo caso, resta que são punidos pela espera que justamente os aparta,

Por fim, a paralisia dos campos de refugiados, onde a liminaridade é maldita, nas palavras do antropólogo Michel Agier⁹⁷, que passamos a acompanhar nessa última vaga da maré punitiva global, o tempo morto da anulação total das expectativas⁹⁸. No epicentro das levas sucessivas de refugiados, invariavelmente um ato de violência. Volto a lembrar que as guerras hoje são *intervenções restauradoras da ordem*, o que explica seu viés punitivo recorrente. A coerção permanente depois faz o resto; e como poderia ser de outro modo, pois se trata de confinar? E comprimir uma humanidade

pela condição liminar em que estão encerrados, de uma outra Grande Espera ainda por definir. Vão na mesma direção as observações de Thiago Rodrigues sobre São Paulo, “cidade sem horizonte, em que os olhos se perdem em periferia”, quer dizer, metáfora, aliás exata, à parte: “A periferia deve ficar onde está e as pessoas que nela vivem também [...] [Entenda-se] são milhões que não devem ser eliminados, mas retidos, observados, docilizados”. Em suma, governados. Modulando-se coerção e cuidado, também se encaminham expectativas onde não há horizonte. Seja como for, uma proeza gestonária, inclusive por sedentarizar uma população que é puro movimento, em todos os sentidos. Cf. Thiago Rodrigues, “Tráfico e campos de concentração”, *Sexta-Feira*, São Paulo, Editora 34, n. 8, nov. 2006, p. 132-8.

⁹⁷ Michel Agier, *Aux bords du monde, les réfugiés* (Paris, Flammarion, 2002), cap. 17. “Os deslocados se instalam nas bordas das cidades. É a liminaridade que une todas as situações de êxodo, nas periferias urbanas dos países pobres como nos campos. Ela é ao mesmo tempo o fundamento do campo enquanto ato de deixar à espera e afastado da sociedade e o próprio lugar dos removidos e refugiados autoinstalados, no sentido em que permanecem em zonas periféricas de ocupação provisória ou ilegal. Nada pode se consumir totalmente nesses contextos, o inacabamento dos processos de integração lhes é consubstancial, a quarentena é o seu horizonte. [...] Os campos se encontram fora dos lugares e das temporalidades do mundo comum, ordinário e previsível. Eles vivem num regime de exceção normalmente reservado a uma margem, a uma borda do mundo, mantido bem à distância” (ibidem, p. 66).

⁹⁸ Quem assim se exprime é o já citado estudioso das situações de imigrações forçadas, Alexander Betts, ao ouvir de um refugiado somali, enclausurado por uma situação de dependência total das “instâncias” humanitárias e congêneres desde 1989 num campo de Djibuti: “Pessoas não podem viver só de comida e água. Esperança é o que nos mantém vivos”. Um artigo de luxo não previsto por Enzensberger, embora para tais naufragos do tempo liminar se trate de um gênero de primeira necessidade e não de uma trivialidade servida em sermão dominical. De resto, a ambição daquele refugiado era bem precisa: debaixo da sua lona preta – uma outra situação liminar há mais de vinte anos na frente da nossa porta –, desde que assumira o papel informal de professor com duas lousas improvisadas, apenas desejava para os seus alunos que tivessem a esperança, que ele nunca teve, “de um dia ser outra coisa na vida que não somente um refugiado”. Cf. Carolina Rossetti, “Viagem sem fim”, *O Estado de S. Paulo*, cit. *Fosse um campo livre que se abrisse, certamente se ouviria a esplêndida batida na porta.*

residual que estorva. Uma vez passada a urgência, que é o tempo humanitário real, segue-se a gestão do estado de insegurança permanente em que passam a viver os indivíduos assistidos, em torno dos quais o deserto social cresce, fora da lei ordinária dos humanos. Ato de violência, portanto, essa entrada brutal num estado de flutuação liminar, como Agier denomina a condição do refugiado, este ser à deriva e à espera que nada mais possui a não ser a crueza elementar de sua própria vida biológica. Que certamente Agamben poderia então chamar de *vida nua*, e Agier confirma que é disso mesmo que se trata. Como refugiado, em princípio está sempre aguardando alguma coisa. Temporariamente abrigado naquelas remotas salas de espera nas beiradas do mundo, não pode sequer procurar algum trabalho na região em volta, para, afinal, quem sabe, “ganhar” a vida, vida que de resto lhe é “dada” pelo dispositivo humanitário operando no local. Mas a vida que lhe é dado viver é exatamente essa “vida nua” revelada pelo descompasso entre a existência social e política anulada pelo confinamento compulsório e os mínimos vitais que lhes são contudo dispensados – proteção, alimentação, saúde. Enquanto espera imobilizado num campo, o refugiado por certo “vive”, mas não “existe” mais. Tampouco seus guardiães (por volta de 500 mil na ativa hoje em dia), que trabalham para assegurar a disciplina da espera, ou melhor, que só estão naqueles confins porque se trata precisamente de um trabalho, *o trabalho da intervenção humanitária*, aliás rigorosamente contemporâneo da correspondente profissionalização da guerra. Mas urgência é urgência: todo esse trabalho é precário por definição, uma chance ocasional sem amanhã, salvo a renovação dessa emergência perpétua, numa palavra, tanto para os operadores dos campos quanto para a massa dos seus habitantes, mais uma vez, *a espera é a única urgência*, na fórmula de Bayart.

A expressão de Marc Agier, “náufragos da liminaridade”, caracteriza a condição em que foram lançados todos esses indivíduos enxotados pela desgraça social – sem Estado, sem lugar, sem função, fora não dessa ou daquela lei, desse ou daquele país, mas da lei como tal, são proscritos e fora da lei de um novo tipo. São produtos – conclui Bauman, que estava começando a citar – do que ele mesmo, Bauman, denominou *global frontierland*, algo como uma terra de ninguém que vai se expandindo à medida que se desmancha a Era do Espaço que acompanhou a formação da economia-mundo do capitalismo histórico, uma erosão sobretudo interna, e não apenas confinada aos territórios exteriores submetidos ao flagelo das novas guerras, sejam elas de intervenção dos Estados hegemônicos ou de

apropriação direta por milícias interpostas⁹⁹. Pois é nessa terra de fronteira que caracteriza o espaço do novo tempo do mundo, sem jamais se saber ao certo se tal condição é transitória ou permanente, que se encontram atolados esses foras da lei de um novo tipo, sendo além do mais da natureza dessa nova fronteira impor àqueles que transitam por essas margens internas uma espera também nunca vista desde que se erguem barreiras para subjugar os que caíram em desgraça, inculcando-lhes de quebra uma *impaciência apassivadora*, que corrompe sem fermentar. Debaixo da lona, uma espécie de peregrinação que é pura “estação”: “Mesmo que fiquem parados num lugar por algum tempo, estão numa jornada que nunca chega ao fim, já que seu destino (de chegada ou de retorno) permanece eternamente inacessível”¹⁰⁰. Voltaremos ao ponto. Não escapou igualmente a Bayart o paradoxo dessa espera em movimento – a espera no limiar do globo não é apenas estagnação, mas também movimento, e integração subordinada antes que exclusão ou marginalidade –, mas agora incluindo nessa condição liminar, que produz igualmente relações sociais, ainda que temporárias e hierárquicas, no deslocamento permanente dessas populações flutuantes e transitivas da *frontier*, o nomadismo dos contrabandistas e demais contraventores fiscais¹⁰¹. Por onde se vê mais uma vez – continua o nosso autor – que, independentemente do que se espere, e tal é também o caso do trabalhador imigrante clandestino, todo movimento de espera em situação liminar encontra-se intimamente imbricado no e com o Estado. Vem daí o viés punitivo onipresente. E o rosário de violências que se sabe. Sobre o limiar em que se vê lançada a vida nua desses homens e mulheres lentos, embora se deslocando de ceca em meca, inclusive pelos recantos mais inóspitos de assentamentos que valem por uma conurbação, paira uma nova e espessa invisibilidade, acrescenta nosso autor, recobrando toda sorte de punições arbitrárias, injúrias, pancadas, nudez, privação de alimento, abstinência sexual etc. Definitivamente não se inventou nada de novo em Abu Ghraib, apenas um outro centro mais espetacular de retenção numa *global frontierland*. Lá não se punia por petróleo, mas para fazer sofrer e... aprender a se pôr no seu lugar.

⁹⁹ Zygmunt Bauman, *Society under Siege* (Cambridge, Polity, 2002), cap. 3, e, do mesmo autor, *Vidas desperdiçadas*, cit., p. 95-6.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 96.

¹⁰¹ Jean-François Bayart, *Le gouvernement du monde*, cit., p. 424.

É claro que a fórmula “náufragos da liminaridade” não se aplicaria sem despropósito aos agentes encarregados de resgatar sobreviventes e afogados, mas não deve ser implausível a suposição de que padeçam, igualmente submersos naquele oceano de vítimas, do mesmo mal que os corrói, algo como o trabalho atroz do inumanitário, se for possível falar assim¹⁰². Comprimidos entre a urgência e a espera, estão de fato envolvidos no trabalho execrável de gestão, por certo humanitária, de populações sem caminho de volta, as mais indesejáveis do planeta – impossível desconhecer que a rejeição delas é irreversível. Acresce que integram o poder constituído do campo. A boa marcha dessa quarentena infinita requer assim, além de um dispositivo alimentar e sanitário, a presença de um poder de polícia. Toda urgência institui um novo poder de polícia. Como todo universo de confinamento segregador, um assentamento precário de milhares de “internos”, onde vigora além do mais um regime suspensivo inerente àquela situação de exceção alimentada pela emergência, encontra-se às voltas com todo tipo de turbulências, que demandam um serviço permanente de ordem e, por assim dizer, “lei”, ou melhor, “regra”. Um princípio securitário de ordem, assegurado por uma polícia encarregada antes de tudo de sustentar o poder imediato das organizações internacionais sobre a vida dos “viventes” reagrupados no campo. Senso comum, mas nem tanto. Em princípio um campo de refugiados situa-se no extremo oposto de um campo de prisioneiros, ou pior, de concentração. E no entanto, observa Agier, vê-se a mesma contingência de instituir como naqueles um quadro igualmente rígido de comando – no limite, rapidamente alcançado no instante mesmo em que a urgência explode –; chega-se à conclusão de que o socorro humanitário só é eficaz se implicar, sem maiores mediações, uma ordem policial. Um elo afinal na grande segregação planetária, a guetoização avançando pelos dois extremos, a voluntária, em que se imobilizam as elites cinéticas, a coercitiva-punitiva, em que a ralé mundial vai aprendendo a esperar, em movimentos erráticos ou em filas estacionárias.

¹⁰² Amalgamando os respectivos raciocínios de Joseph Torrente, “Travail et banalité du mal”, *Revue d'histoire de la Shoah*, Paris, n. 175, 2002, amplamente comentado no estudo “*Sale boulot*” (publicado neste volume) e em Bernard Doray, *Le taylorisme, une folie rationnelle?* (Paris, Dunod, 1981).

O tempo morto que a onda punitiva contemporânea arrasta consigo, sendo antes de tudo um tempo de espera em ponto morto, um tempo de expectativas decrescentes – como de resto seu duplo “em tempo real” –, um contratempo perene chumbando nos espaços liminares uma população idem, sendo portanto um tempo de todas as exceções, é no limite um tempo essencialmente administrativo, próprio de um Estado, ao seu modo peculiar, Social e colonizado pelo seu braço penal – como vimos Wacquant demonstrar em toda sua extensão. Como se trata de punir pela espera – literalmente um *choque*, por isso mesmo embalado pela frase feita da estupidéz governante, “choque de gestão”, mais do que um rótulo roído até o osso, uma ameaça que lá embaixo todos entendem –, Jean-François Bayart também pode afirmar que, em larga medida,

[a] espera constitutiva da experiência liminar é fruto da ação burocrática: a fila diante dos guichês de cadastramento ou dos controles da polícia; a esperança de que o cargueiro enferujado engane ou se arranje com a vigilância da guarda costeira; a espera na fila do direito de asilo que os funcionários recusam durante meses ou anos; ainda a fila, à hora das refeições, diante do caldeirão de sopa da administração humanitária dos campos ou num abrigo de resgatados do mar.¹⁰³

Novamente o sopro profético da grande espera kafkiana não deixa de enregelar, não obstante o abismo histórico entre uma e outra espera. Aura metafísica despistadora a menos, o mesmo cerne jurídico-administrativo-punitivo, encardido pela latente onipresença de forasteiros espezinados batendo à porta e cuja vida é “um chegar a vida toda”, como mostrou Günther Anders, que não poderia definir melhor o universo liminar cuja travessia infundável também se apresenta como a soma de esforços inúteis para chegar a um Além (outra vez Anders), que “não é o futuro nem o mundo de amanhã, mas o mundo *existente*”. Não é preciso ir até o *Castelo*, ou se emaranhar no labirinto processual da exceção jurídica acintosa; basta lembrar do destinatário da Mensagem Imperial, “o súdito lastimável, a minúscula sombra refugiada na mais remota distância diante do sol imperial”¹⁰⁴, e também de como “são vão os esforços” do portador daquele mítico bilhete de ingresso:

¹⁰³ Jean-François Bayart, *Le gouvernement du monde*, cit., p. 426.

¹⁰⁴ Franz Kafka, *Um médico rural* (trad. Modesto Carone, São Paulo, Brasiliense, 1990), p. 39.

Continua sempre forçando a passagem pelos aposentos do palácio mais interno; nunca irá ultrapassá-los; e se o conseguisse nada estaria ganho: teria que percorrer os pátios de ponta a ponta e depois dos pátios o segundo palácio que os circunda; e outra vez escadas e pátios; e novamente um palácio; e assim por diante, durante milênios.

O tempo morto – que vai se depositando no centro imóvel do redemoinho contemporâneo – é um ricochete gerado pelo abrir e fechar das comportas de controle estatal (ou agências terceirizadas a que se delegou poder coercitivo) dos fluxos perniciosos, a aluvião tóxica de encarceráveis, refugiados, imigrantes, guetoizados, clandestinos do trabalho etc., basicamente efeito do controle desses fluxos que geram insegurança. Recapitulemos por outro ângulo nosso motivo de fundo, a saber, que a onda punitiva sobre cuja crista se dá a ascensão do Estado Penal/Social é uma resposta ao crescimento da insegurança social.

15

Com efeito, a disciplina da espera que pune pela imobilização a irregularidade das populações liminares – sendo o admirável mundo novo do trabalho redisciplinado o maior sorvedouro dessa liminaridade a ser regulada – integra um dispositivo de governo, seja na acepção de Bourdieu/Wacquant que se viu, seja na redescrção de Foucault, o Estado governamentalizado, assentado sobre o tripé população, economia política e segurança, no interior do qual se desenrola toda a nova economia da violência que dá régua e compasso à virada punitiva de agora. E se é verdade que se governa conduzindo condutas, se procurarmos certamente iremos encontrar incontáveis zonas de espera na intersecção de contato entre o governo dos outros e o governo de si – com a diferença de que não se cuida mais de si quando historicamente a espera deixa de ser um horizonte, e o seu aprendizado, sofrido como um suplício. Ou melhor, quando o horizonte contemporâneo tornou-se nada mais, nada menos do que a *securização* de um risco permanente e incontornável, contra o qual toda *precaução* é pouca, como também se viu. A contenção punitiva, e seu arsenal disciplinar, é o espasmo contínuo acionado por todo um sistema de alertas pelo qual se deixa reconhecer a “governamentalidade securitária” na qual ingressamos e cuja razão de ser, na boa explicação de Frédéric Gros, é o controle, a redução ou a eliminação de todos os riscos de agressão incorridos não por sujeitos de direito, mas por indivíduos considerados na sua

exclusiva dimensão de seres vivos, onde direitos e deveres contam menos que os pontos de vulnerabilidade a proteger por medidas de precaução, ou pontos de defesa vital a serem otimizados¹⁰⁵. Governa-se, continua nosso autor, fundamentalmente uma única comunidade de viventes integrados por uma série de continuidades, a começar pelo *continuum* punitivo-securitário privilegiado por Wacquant, estendendo-se do policial-carcerário ao militar; o das ameaças, do risco alimentar ao risco terrorista; o da violência, da catástrofe natural à guerra civil; o da intervenção, da agressão armada contra um Estado pária ao socorro humanitário; enfim, o *continuum* das vítimas, do refugiado em estado de choque ao menor abusado. A insegurança a que se responde recobre assim o inteiro mundo dos organismos biosociais semoventes, do vírus ao atentado, da sexualidade ao meio ambiente. A resposta punitiva à insegurança social justamente insere a população liminar, sobre a qual incide preferencialmente, nesse grande quadro do governo segundo a lógica da intervenção ativa guiada pela racionalidade sumária do risco, que engloba num só alvo, por exemplo, delinquência, doença e subemprego. Não será exagero, portanto, assinalar o viés de contenção punitiva na neblina que está baralhando todas as distinções clássicas, como na confluência militar-humanitária ou penal-social com as quais já nos deparamos ao longo dessa digressão. “A polícia e o exército, a diplomacia e as empresas privadas de segurança, mas também a medicina e as agências humanitárias, os centros de saúde pública e os laboratórios privados, todos conspiram num mesmo esforço de securização do indivíduo.”¹⁰⁶

E o fazem por meio de um número crescente de intervenções – e precisamente a punitiva é a mais espetacular delas –, invariavelmente orientadas pelo onipresente princípio de precaução, à sombra do qual se multiplicam, em nome da missão protetora de um Estado cada vez mais preventivo, responsabilizações individualizadas de toda sorte, cujo ponto culminante é a vigilância exercida pelo próprio indivíduo sobre si mesmo, que assim se autogoverna. “O sistema geral de vigilância é assim assumido por um estado de vigília individual, uma tensão permanente, que cada um tome suas precauções, contribuindo para a segurança de todos pela generalização desse

¹⁰⁵ Frédéric Gros, *États de violence: essai sur la fin de la guerre* (Paris, Gallimard, 2006), p. 215-43. Ver ainda do mesmo autor, “Le management sécuritaire”, *Le Monde*, 20 nov. 2010, p. 16.

¹⁰⁶ Idem, *États de violence*, cit., p. 236.

estado de alerta permanente.”¹⁰⁷ Qualquer desvio será “punido” e corrigido por uma intervenção restauradora: antepondo-se a perigos, *intervenções não criam nem instituem nada*, seus agentes devem portanto acionar “dispositivos de ameaças ativas que permitam afastar de maneira contínua perturbações potenciais”, e afastá-las em última instância de pessoas tomadas em sua exclusiva condição de seres vivos. Todos estão, assim, em permanente estado de alerta, intervindo: policiais, militares, psiquiatras, humanitários etc. Das populações à informação, tudo é fluxo a ser controlado, tudo é objeto de segurança: alimentar, sanitária, energética etc. Assim sendo, a resposta penal maximizadora da insegurança social é uma intervenção entre outras, estratégica sem dúvida, mas é bom não esquecer que o fluxo de populações liminares que ela regula comporta todas as demais ramificações, da sanitária à humanitária. Mas também não é menos evidente a percepção de que a onda punitiva, tanto a concentrada quanto a difusa, só se impõe como uma reviravolta histórica a partir do momento em que o vínculo político, a legitimidade da autoridade estatal, é apagado pelo nexo da vigilância que integra o indivíduo vivente a todo um sistema de segurança.

Tudo isso dito e resumido porque, segundo nosso autor, a guerra tal como a conhecemos – como conflito armado, público e justo, na definição clássica de Alberico Gentili – está se apagando lentamente, suplantada pelos estados de violência que desde então se abriam diante de nós, regulados por processos securitários que apenas prometem diminuir os riscos e perigos de uma interminável cadeia de violência que dos vírus e micróbios remonta até a proliferação nuclear, passando pelos maus fluxos das populações irregulares, por isso mesmo direcionadas para as zonas de espera da vida, margens asseguradas pelo mesmíssimo sistema securitário onde os estados de violência podem então escalar livremente. A segurança como sistema onipresente de proteção se reproduz em cada um dos assegurados centrais como *ethos* da precaução, e nos demais, flutuando nos espaços liminares, se traduz como a disciplina da espera que imobiliza os portadores daqueles riscos e perigos que se trata de expelir. A onda punitiva que nos ocupou até aqui é assim coextensiva a esse estado de violência regulado pelo novo *management* securitário. O tempo morto da onda punitiva é o tempo ora morno, ora vertiginoso do estado de alerta indefinido que veio substituir o tempo descontínuo do perigo de guerra que antes mobilizava a nação –

¹⁰⁷ Ibidem, p. 235.

adaptando ao nosso argumento as distinções preciosas de Frédéric Gros –, em seguida, o tempo continuamente ameaçador da destruição mútua assegurada pela guerra nuclear absoluta. Perigo, ameaça e risco: outros três horizontes de expectativas, em escala histórica decrescente, cada um dotado de um regime de espera específico. No antigo regime da espera, a guerra podia ser um sinal da virada: nas intervenções militares de hoje são outros tantos sinais da virada punitiva em curso.

16

O sinal da virada, com efeito. Deve ter havido um tempo em que:

Saltávamos como crianças, nem sempre de susto, assim que a campainha soava. Seu som rasga a sala silenciosa e oca, especialmente ao anoitecer. Talvez agora tenha chegado aquilo que obscuramente se tenha em mente, aquilo que procuramos e que, por sua vez, procura a nós. Sua dádiva transforma e melhora tudo, traz novo tempo. O som dessa campainha permanece em cada ouvido, associa-se com todo chamado agradável vindo de fora.

Se houve, de fato faz muito tempo mesmo. Um contemporâneo – não necessariamente cínico – se perguntaria de que estrela já extinta estaria chegando essa mensagem incompreensível, mesmo se sua expectativa ao toque do interfone não se limite ao entregador da farmácia. Quando Ernst Bloch escreveu essas linhas¹⁰⁸, a campainha podia muito bem anunciar uma visita da Gestapo e no entanto, por maior que fosse a escuridão do momento presente – nada garantia que o novo tempo não fosse o princípio do tempo do fim –, seu teorema de abertura poderia ser tudo menos uma receita para se vender esperança em lata. Só a cegueira terminal de hoje acredita já ter visto e ouvido tudo¹⁰⁹. Mas não a dupla surpresa – quem sabe, se o torpor não for absoluto – ocasionada por uma frase, que, na mais completa

¹⁰⁸ Ernst Bloch, *O princípio esperança* (trad. Nélío Schneider, Rio de Janeiro, Contraponto, 2005), v. 1, p. 48.

¹⁰⁹ Os mesmos cuja afetação chega por vezes ao extremo de evocar, certamente em vão, o nome de Proust, sem no entanto jamais alcançar distinguir no som da campainha de Bloch, que rasga a sala silenciosa e oca ao anoitecer, anunciando o “grande despertar” que está vindo, o mesmo “tilintar álcere, ferruginoso, interminável, agudo e claro da sineta”, do jardim de Combray, que repercute no Narrador como um outro sinal da virada, a redescoberta do tempo que chegara a julgar irremediavelmente perdido. Ver Marcel Proust, *Tempo redescoberto* (Rio de Janeiro, Globo, 2012, selo Biblioteca Azul).

contramão de tudo o que se disse até agora, recomenda o contrário com as mesmas palavras de sua antípoda. *O que importa é aprender a esperar*, afirmava Bloch em 1938, quando a rigor ninguém esperava mais nada, salvo o pior. A essa altura não vou, é claro, reapresentar a política do sonhar-para-a-frente preconizada por Bloch, porém sonhar acordado, lembrando que o sonho diurno não pede interpretação, mas reclama secretamente a transformação do mundo; tampouco sua lógica não menos onírica, “A ainda não é A”; muito menos sua antropologia utópica, em que um ser nascido prematuro é caracterizado por um afeto de expectativa na origem de uma consciência antes de tudo antecipatória; ou ainda sua filosofia da experiência da história, na qual desaba a compartimentação entre futuro e passado, no qual, por sua vez, o futuro que ainda não veio a ser torna-se visível, enquanto o passado, vingado e herdado, mediado e plenificado, torna-se visível no futuro etc.¹¹⁰ Basta lembrar – mais para constar, pois é duvidosa sequer sua compreensão verbal da parte dos nativos do presentismo contemporâneo – que, para esse filósofo de uma outra Era, o ato de esperar não paralisa nem resigna, muito menos é fonte banal de ressentimento pelo atraso intolerável etc. Agora seria o anacrônico Bloch, encalhado no tempo em que o afeto na espera amplia as pessoas, em vez de estreitá-las, que não entenderia mais nada.

17

Para agravar e melhor ilustrar esse notável curto-circuito em torno da inversão de sinal da espera como disciplina e aprendizado, seria o caso de convocar uma outra circunstância histórica de positivação da *necessidade de esperar*, reconstituída por Zygmunt Bauman numa breve digressão sobre o sentido moderno da “procrastinação”¹¹¹. Remontando à raiz latina da palavra – o *cras* quer dizer “amanhã”, porém um amanhã suficientemente elástico para incluir o “mais tarde” do futuro, o *crastinus*, por sua vez, é o que pertence ao amanhã –, relembra que “*pro*-crastinar” é “pôr alguma coisa entre as coisas que pertencem ao amanhã”. Em resumo, procrastinar “é manipular

¹¹⁰ Fora do círculo cada vez mais restrito de especialistas, para quem está ouvindo falar de Bloch pela primeira vez no atual deserto de tudo, recomendo o pequeno livro de iniciação de Suzana Albornoz, *O enigma da esperança: Ernst Bloch e as margens da história do espírito* (Petrópolis, Vozes, 1999).

¹¹¹ Zygmunt Bauman, *Modernidade líquida*, cit., p. 178-81.

as possibilidades da *presença* de uma coisa, deixando, atrasando e adiando seu estar presente, mantendo-a à distância e transferindo sua imediatez”. Mal começamos a reconhecer o terreno familiar, outra inversão de sinal: “Contra uma impressão que se tornou comum na era moderna, a procrastinação não é uma questão de displicência, indolência ou lassidão; é uma posição *ativa*”, prossegue Bauman. Nova viragem, igualmente positivadora, desta vez apontando para um processo de subjetivação incipiente que, ao se completar, já na forma de uma prática cultural, assinala a entrada em cena dos tempos modernos, entendamos, um novo significado do tempo, do tempo que tem história, que é história, um tempo que em princípio está “viajando”, no caso, em direção a outro presente distinto, e mais desejável, do que o presente vivido agora.

Voltamos a respirar uma atmosfera familiar, pois a procrastinação assim entendida “deriva seu sentido moderno do tempo vivido como uma *peregrinação*”. Obviamente grifo meu. Uma idade histórica à frente, os espaços liminares que se viu foram percorridos como uma peregrinação-expição, não como um movimento que se aproxima de um porto seguro, mas como um horizonte sem fim, que mais se afasta quanto mais nos aproximamos. Em ambas as circunstâncias, separadas no entanto pela mutação que se sabe, “viver a vida como uma peregrinação” transcorre em direções opostas, ou melhor, na sua segunda idade, já não há mais nenhuma progressão. Ao passo que no tempo vivido como uma peregrinação – uma *jornada*, para todos os efeitos –,

cada presente é avaliado por alguma coisa que vem depois. Qualquer valor que este presente aqui e agora possa ter não passará de um sinal premonitório de um valor maior por vir [...] a tarefa do presente é levarmos mais para perto desse valor mais alto [...] o sentido do presente está adiante; o que está à mão ganha sentido e é avaliado pelo *noch-nicht-geworden*, pelo que ainda não existe.

Viver a vida como peregrinação está longe, portanto, de ser uma via de mão única. “Obriga cada presente a servir a alguma coisa que ainda-não-é, e a servi-la diminuindo a distância, trabalhando para a proximidade. Mas se a distância desaparecesse e o objetivo fosse alcançado, o presente perderia tudo o que o fazia significativo e valioso.” Pensando melhor, se assim for, a imagem gasta do horizonte que se afasta quanto mais nos aproximamos dele torna-se pertinente sob nova luz. É a ideia mesma de Horizonte de Expectativa, formulada por Reinhart Koselleck, nos termos que se viu, e

tanto mais palpável como parâmetro do que se deve compreender como regime histórico moderno quanto mais se afasta do Espaço de Experiência, porém sem ruptura total, sob pena de desorientação ou delírio voluntarista. Sem prejudicar em favor das alternativas em disputa, não é difícil perceber que um século atrás o falso dilema Reforma ou Revolução – para ficar no campo socialista – girava em torno desses polos conceituais: ou o Movimento é tudo, ou só o desfecho conclusivo é o enigma resolvido de toda a jornada da humanidade, sua travessia do reino da necessidade rumo à liberdade.

Retornando à reconstituição de Bauman, sobressai a racionalidade específica privilegiada pela vida do peregrino – nem instrumentalmente rasa, colada à duração presente, nem absoluta, brilhando apenas ao termo apoteótico da jornada –, a saber: essa racionalidade híbrida, da qual decerto não teremos mais notícia, leva o peregrino

à busca dos meios que podem realizar o estranho feito de manter o fim dos esforços sempre à vista sem nunca chegar lá, de trazer o fim cada vez mais para perto, mas impedindo ao mesmo tempo que a distância caia para zero. A vida do peregrino é uma viagem em direção à realização, mas a “realização” nesta vida é equivalente à perda de sentido.

Só que esse sentido não pode sobreviver à chegada ao destino. Foi quando o futuro basculou de um só golpe no deserto do presentismo atual, arrastado pela Queda do Muro – passando agora para o campo do capitalismo vitorioso: o teor de verdade do livro de Fukuyama, que afinal renegou por falta de fibra para sustentar a nota, reside na visão de que algo de substantivo na experiência da história desmoronou junto, arrastado pela queda, daí a figuração do “último homem” se debatendo no formalismo de um domingo sem dias úteis, pois no mundo do trabalho dominado só há festa na exceção. Seja como for, aquela avalanche não soterrou pouca coisa – sobretudo, a real matriz prática de todo esse redesenho do regime temporal da modernidade capitalista, no limite *a acumulação interminável como procrastinação*, e seu duplo antagônico, o socialismo como movimento antissistêmico igualmente ambivalente até a medula, a saber, a jornada *do* trabalho, não só contraída até sua menor célula fabril, mas distendida até o extremo limite de uma metáfora de época.

Aqui a escola onde realmente se aprendia a necessidade de esperar. A radiografia padrão do desarranjo radical dessa unidade básica do capitalismo moderno – a jornada de trabalho – encontra-se, como sabido, no livro de Richard Sennett sobre as consequências pessoais do trabalho no novo

capitalismo¹¹². Unidade de medida de tempo, basicamente: um tempo ativo e cumulativo, do qual obviamente não se tem mais notícia, para não falar em experiência, a começar pela do longo prazo e todo seu cortejo de vínculos impensáveis numa “sociedade impaciente”. Embora aprisionada pela alienação – ou justamente por isso –, uma vida de trabalho era a seu modo uma peregrinação, em todos os sentidos, seminal. A disciplina do fluxo a curto prazo – a violência mesma do tempo da urgência – acabou impondo a uma vida de trabalho narrável uma segunda alienação, se é que se pode falar assim, o desconjuntamento de uma deriva (*drift*), um mosaico de mudanças sem antes nem depois. Talvez seja mais do que uma ironia crucial o destino compartilhado pelo homem do trabalho flexível retratado por Sennett, à deriva num mar de insignificâncias, e o barco literalmente na mesma condição de navegação a esmo dos novos peregrinos perdidos no mar. Ironia suplementar, a observação de Sennett acerca da “acumulação de tempo” no antigo capitalismo, escorado por sindicatos e previdência própria: quando então o tempo era o único recurso que os que estavam no fundo da sociedade tinham de graça. Qualquer que seja, no entanto, o fio por onde se puxem essas vidas vividas como peregrinação, resta que a jornada (entre tempos, lugares, classes sociais etc.) é uma experiência crucial geradora de significação – e que foi essa forma histórica que se desmanchou com a grande mutação presentista de nossa época. Entre parênteses: só para que se possa avaliar a magnitude dessa matriz, hoje avariada, basta lembrar, toda jornada exigindo uma “explicação”, que não são poucos nem desimportantes os antropólogos que situam o enigma da jornada do nascimento à morte na origem das religiões¹¹³.

¹¹² Cf. *A corrosão do caráter* (trad. Marcos Santarrita, 15. ed., Rio de Janeiro, Record, 2010). Na edição original, *The Corrosion of Character: The Personal Consequences of Work in the New Capitalism* (Nova York/Londres, Norton, 1998). Significativamente, a tradução brasileira encontra-se na 15ª edição. Sua recepção tornou-se ela mesma um sintoma.

¹¹³ Ver a respeito Benedict Anderson, *Nação e consciência nacional* (trad. Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo, Ática, 1989), para as “jornadas da imaginação” na genealogia da ideia moderna de nação. À qual se poderia acrescentar outra jornada não menos evidente em sua dimensão épica, o *romance*, que o século XIX reinventou e deságua na peregrinação de toda uma vida num só dia na Dublin de Joyce. Como dizia Lukács, no hoje longínquo *A teoria do romance*, “tudo isso tem de vir de algum lugar e ir para algum lugar” (trad. José Marcos Mariani de Macedo, São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2000, p. 130). Não custa lembrar também – sempre

Como ficamos? Pelo menos em condições de rever por este ângulo o paradoxal movimento imobilizador das populações liminares através das zonas de espera do capitalismo global, a saber, como *peregrinações nas quais se está de fato reaprendendo a esperar* – seja qual for o teor ocasional de cada expectativa em particular. De um modo ou de outro, será sempre oportuno relembra-los – de novo na esteira de Jean-François Bayart – a circunstância de que, historicamente, toda experiência liminar é indutora de processos de subjetivação. Foi assim, para dar um exemplo maior, com os primeiros “portadores” de uma escolha de conduta de vida “cristã” entre escravos, libertos e fugitivos na Roma antiga. Sem falar, para apenas mencionar um segundo caso de primeira grandeza, na gênese subterrânea, nas zonas de espera na nascente sociedade industrial, de uma outra conduta de difícil “governo”, a vida operária. Sem com isso querer dizer que o renascimento do horizonte do mundo – se ocorrer – se dará antes de tudo pelas veias abertas em suas zonas de retenção.

a título de comparação com o que ficou para trás, e de tão remoto se torna outra vez contemporâneo – que em *A Montanha Mágica*, de Thomas Mann, uma outra Grande Espera transcorre num tempo de fato incomensurável, até sua consumação pelo despertar ensurdecedor da Grande Guerra de 1914.